

NÃO À MANIFESTAÇÃO CONTRA-REVOLUCIONÁRIA

UMA vez mais a reacção prepara o salto. Foi assim no dia 10 de Junho, quando, pela primeira vez, procurou descer à rua de uma forma organizada. Foi assim, em princípio de Julho, quando o então primeiro-ministro Adelino Palma Carlos e outros conservadores, certamente com apoios até hoje desconhecidos, procuraram dar um golpe de Estado constitucional.

Assim foi noutros momentos, em que, por diversas formas, a reacção passou à ofensiva de uma forma concertada.

Em todos os casos, a reacção aponta como objectivo, mais ou menos explícito, a contestação das forças democráticas do MFA, do Governo Provisório, a intensificação da democratização e da descolonização, a substituição do Governo democrático, o regresso mais ou menos brusco ao passado fascista.

Em todos os casos também, a manobra foi desmascarada, as forças democráticas e o Movimento das Forças Armadas agiram com prontidão, a ofensiva foi contida e a reacção foi de novo remetida a uma posição defensiva.

É necessário que, desta vez também, a ofensiva da reacção seja derrotada e pague o preço da aventura.

As palavras de ordem, os métodos e a acção dos seus gorilas revelam claramente a natureza fascista desta sinistra iniciativa. O seu objectivo não é menos do que, através de uma concentração total das suas forças em Lisboa, e da mobilização, engano e transporte gratuito de milhares de camponeses das zonas mais atrasadas, dar a ideia de que o País está contra a política actual, contra o Governo actual e exige uma mudança, ou seja, uma ditadura pessoal ou um governo das direitas.

Os esforços que a reacção faz para levar para diante a manifestação, desenvolvem-se em todo o País, como noutro local deste número do «Avante!» amplamente documentamos. Milhões de cartazes e panfletos foram distribuídos com recursos técnicos que necessitam avultadíssimas somas de dinheiro. Nomes de promotores e pessoas envolvidas na preparação são de conhecidos fascistas e fascizantes. Organizações como o «Partido Liberal», o «Partido do Progresso», «Movimento Federalista Português» e seus associados distribuem materiais provocatórios. Rufias fascistas que parecem organizadas em grupo de choque exibem armas e espancam democratas. Uma vez mais, verificamos com mágoa a passividade (para não dizer mais) de certas secções de forças militarizadas e a cooperação activa de alguns párocos, a partir dos próprios púlpitos. Também a ALA, organização comandada pelos grandes agrários alentejanos, apela para uma grande concentração de agricultores em Lisboa, coincidindo com a projectada manifestação contra-revolucionária, e dá ordens para que sejam levados para a capital, em cortejos, tractores e máquinas agrícolas.

Vê-se que a reacção, nos últimos meses, aperfeiçoou a sua organização e actua agora, sem qualquer dúvida, à escala nacional, sob as ordens de um comando centralizado.

É de sublinhar que, uma vez mais, associada à preparação da manifestação, se activa a conspiração contra-revolucionária com vistas a um golpe de força, falando-se abertamente que terá lugar em fins de Setembro

(Continua na pág. seguinte)

O ANTICOMUNISMO CONTINUA A SER UMA DAS PRINCIPAIS ARMAS DA REACÇÃO

País fora, a campanha anticomunista prossegue. Provoações, mentiras, calúnias, deturpações nos mais variados tons, usando os mais variados veículos, provenientes dos mais variados (e por vezes mais surpreendentes!) pontos surgem à luz do dia neste Portugal recentemente libertado.

Contra esta campanha tem o PCP alertado as massas populares e em especial os trabalhadores e contra ela se tem erguido o protesto de quantos constroem seriamente um País novo e livre.

Mas perante todas estas atoardas podem surgir algumas dúvidas que é necessário esclarecer. Há, na verdade, quem diga: «Eles, os comunis-

tas, protestam. É natural: a campanha ataca-os... Mas enfim, é lá com eles!» E o que é pior, pode surgir quem afirme: «Não se percebe! Se eles são democratas, se estão interessados na democracia, porque é que protestam tanto quando os atacam? Naturalmente entre partidos estes têm de se criticar uns aos outros às vezes com alguma dureza!»

Tais posições — muitas vezes tomadas por pessoas bem intencionadas — necessitam, porém, de ser esclarecidas.

A quem interessa a campanha anticomunista

Na verdade, não é apenas aos comunistas que interes-

sa a campanha anticomunista, e isto pela muito excelente razão que não é só a eles que tal campanha pretende atingir. Quando não, vejamos.

Vamos admitir uma pessoa que, com esta ou aquela posição, é antifascista: não se definiu ainda partidariamente mas a dolorosa experiência que a todos nos atingiu durante quase cinquenta anos de ditadura tornou para ela bem claro que o regime que conduziu Portugal à ruína oprimindo o seu povo não serve de forma alguma. Após o 25 de Abril, o que é natural que esta pessoa pense? Que é necessário que o fascismo não volte! Que é necessário consolidar a democracia, consolidar as liberdades, usá-las, para reconstruir um País destruído pela exploração e pela guerra, avançar decididamente no caminho da liberdade, da paz e do progresso! Transpostos estes objectivos em termos políticos,

que significará isto? Como é evidente que o perigo provém de todos aqueles que queiram restaurar o fascismo! E quem serão eles? Como é também evidente, aqueles que defendem mais ou menos encapotadamente a política que o fascismo fazia — porque para defenderem as pessoas que o faziam não têm coragem! E mais: eles são também afinal todos aqueles que viviam com os governantes fascistas, que lucravam com o governo fascista. O fascismo não eram apenas dois presidentes que estão no Brasil e umas centenas de pides que estão na prisão: eram muitos outros que por aí andam.

Ora, quando estes indivíduos aparecem a defender, não a figura de Salazar ou de Marcelo Caetano, mas a política de guerra que faziam, quando aparecem a dizer que «as coisas estão mui-

to pior» (o que equivale a dizer que no fascismo estavam melhor!), isto significa que defendem a política que os trabalhadores para a restauração do fascismo.

Esses são de facto os inimigos. Sendo assim, uma pessoa que seja antifascista reconhecerá imediatamente que tais indivíduos, tais organizações, são evidentemente os principais inimigos.

Os fascistas mascaram a sua actividade

Mas exactamente porque sabem que, se se limitassem a fazer a defesa do fascismo ou a crítica da jovem democracia portuguesa seriam facilmente identificados e aniquilados, os fascistas e reaccionários que fazem? Mascaram a sua face de inimigos do povo e da liberdade, tentando

(Continua na pág. seguinte)

A REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU COMEMOROU O PRIMEIRO ANIVERSÁRIO

Aqui, sobre as terras elevadas de Madina do Boé espécie de guarda-avançada do Futa-Djalón, nasceu há um ano, exactamente a 24 de Setembro de 1973, uma nação nova, produto da longa, dura e heroica luta do seu povo contra o domínio colonial-fascista, então imperante em Portugal — a República da Guiné-Bissau.

A iniciativa da criação do novo Estado deveu-se ao génio político do fundador da nacionalidade, o eminente patriota guineense e criador e dirigente do PAIGC, Amílcar Cabral. A criação da República da Guiné-Bissau foi, simultaneamente, o resultado das alterações territoriais produzidas em consequência da guerra libertadora dirigida pelo PAIGC e o ponto de partida para uma nova arrancada que acabaria por conduzir, dentro de um curto prazo histórico, à conquista da independência total do país.

O movimento de 25 de Abril, que libertou Portugal das algemas do fascismo, encurtou este prazo e criou as condições necessárias para uma rápida solução política das guerras coloniais e do colonialismo na Guiné-Bissau, Angola e Moçambique. Nesta nova situação, as negociações com o PAIGC puderam entrar no rumo decisivo logo que a questão do reconhecimento do direito à independência foi aceite como condição prévia pelo novo Governo Provisório.

E hoje, entre as densas florestas de Madina do Boé, como pujante afirmação política, tiveram lugar, com a solenidade dos grandes momentos, as comemorações do 1.º Aniversário da República da Guiné-Bissau.

Onde há um ano nasceu um novo Estado, as singelas tabancas de Madina do Boé transformaram-se num festivo ponto de concentração internacionalista de representantes de povos, partidos e organizações fraternas e amigas, que aqui vieram saudar o povo da Guiné-Bissau, os

seus destacados dirigentes e combatentes.

Um primeiro ano de vida e também o primeiro que, logo após o reconhecimento oficial da independência do país pelo Governo Português no dia 10 de Setembro último, pode ser festejado em plena liberdade.

Ver nascer uma nação, vê-la trilhar vigorosamente os primeiros passos no caminho

da sua liberdade e independência e enfrentar com uma confiante determinação as tarefas e as dificuldades enormes da reconstrução nacional ao cabo de 500 anos de opressão colonial e dos sofrimentos sem nome de uma cruenta guerra libertadora de mais de 12 anos, tudo isso constitui um acontecimento

(Continua na pág. seguinte)

O PROBLEMA DOS PREÇOS E A SITUAÇÃO ECONÓMICA

Há alarme e inquietação em largos sectores da população perante a subida dos preços que se tem verificado ultimamente. O facto justifica-se pelos aumentos que se têm verificado em certos produtos de primeira necessidade. A falta de esclarecimento sobre alguns dos aspectos tem sido de molde a agravar essa inquietação.

Um primeiro passo para o esclarecimento público foi dado com a realização da conferência de Imprensa do passado dia 24 sobre o problema dos preços. Sendo este um problema que afecta as classes trabalhadoras, o «Avante!» esteve lá.

Foram referidos os seguintes aspectos:

— Desafio à legalidade através de manobras especulativas;

— Necessidade de afixação de preços no fabricante e da publicação de uma lista de preços;

— A tentativa de criação de um clima alarmista através de uma campanha de boatos;

— Aperfeiçoamento da actividade comercial no sentido de reduzir o peso dos intermediários.

Estas medidas propõem-se combater a alta do custo de vida. A sua volta consideramos útil algumas considerações.

Importa não esquecer que Portugal atravessava, antes do 25 de Abril, uma situação de subida geral de preços, agravada para as classes trabalhadoras com a política de congelamento de salários imposta pelo governo fascista.

A causa deste aumento de preços assentava principalmente na política

de protecção aos monopólios e aos grandes agrários, na ruína dos pequenos agricultores e empresários, na actuação especulativa desenfreada da banca e nas despesas improdutivas com as guerras coloniais.

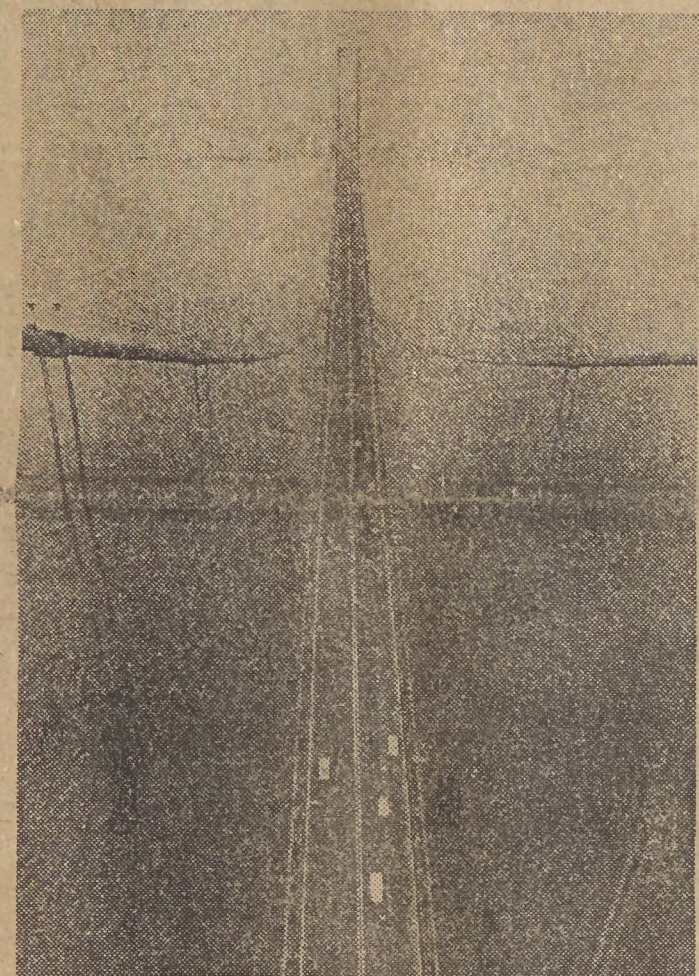
Apesar de ter sido derrubada a ditadura e de se terem dado passos decisivos na descolonização, a base económica do fascismo mantém-se praticamente intacta e os encargos de guerra assumidos no passado ainda pesam no orçamento do Estado. Nestas condições, a actuação das Direcções-Gerais de Preços e de Fiscalização Económica tem necessariamente efeitos limitados no combate à alta do custo de vida, embora se considerem positivas as medidas anunciadas de «controlo» das grandes empresas. Resulta-se, com efeito, que o ataque à especulação deve incidir principalmente sobre os grandes monopólios de produção e distribuição que, por sua vez, no passado, tentavam iludir a opinião pública lançando o odioso da subida dos preços sobre os pequenos comerciantes, agricultores e industriais.

No momento actual, o grande capital ensaia novos métodos de especulação e agambarramento. Causa apreensões o que se verifica actualmente no sector dos cimentos dominado pelo grupo Champallmaud, onde, na sequência de rumores sobre aumentos de preços, a produção tem diminuído nas últimas semanas sem que as causas pareçam plenamente justificadas.

No que diz respeito à comercialização muito há a fazer também, no sentido de a simplificar e melhorar, afastando portanto elementos parasitários que fazem subir os preços desnecessariamente. Assim, é urgente que se tomem medidas de apoio à criação de cooperativas de compra e venda dos pequenos produtores e comerciantes.

É de estranhar, portanto, que a Direcção-Geral de Comércio Externo, organismo encarregado destes problemas, ainda não tenha entrado em funcionamento, apesar de ter sido criada há mais de dois meses.

Deve salientar-se, finalmente, a necessidade da informação pública dos preços autorizados dos produtos de consumo essenciais, único meio de nos supermercados, nas lojas, nas praças, mobilizar a população a participar no «controlo» dos preços. Por outro lado, os trabalhadores devidamente informados das medidas governamentais não deixarão de fiscalizar nos seus locais de trabalho todas as manobras do patronato e da reacção que visam perturbar o abastecimento do País.



COMO SE TRABALHA NA PONTE AINDA CHAMADA SALAZAR

(NA PÁG. 5)

A SITUAÇÃO NA TAP

Após um longo e agitado período, a situação na TAP está normalizada e os trabalhadores esforçam-se por resolver os graves problemas deixados pela actividade irresponsável de alguns elementos.

O noticiário dos jornais (nem sempre muito objectivo, digase de passagem) deu uma ideia mais ou menos completa do que foi o processo da TAP, mas a análise que é necessário agora fazer exige que recapitulemos os passos mais importantes.

No início do presente ano, ainda durante o fascismo, os sindicatos representativos dos trabalhadores da TAP elaboraram em conjunto uma proposta de Acordo Colectivo de Trabalho. A elaboração de tal proposta constituiu assinalável vitória unitária, uma vez que são mais de duas dezenas os sindicatos que enquadram os trabalhadores da companhia de aviação. Esta proposta foi apresentada a 15 de Março, mas só em Maio é dada a concordância administrativa para negociações. Nomeada entretanto uma Comissão Administrativa pelo Governo Provisório, esta comitiva a Comissão Sindical, que agrupa delegados dos sindicatos maioritários, a reformularem a proposta de revisão do ACT em função das modificações ocorridas no nosso país. Iniciam-se os debates entre os trabalhadores da TAP e, no princípio de Agosto, os delegados sindicais e a Comissão Adminis-

trativa passam à fase de negociações: no seguimento de um incidente entre representantes dos trabalhadores e a CA, estas são interrompidas. Os sindicatos realizam várias diligências junto do Ministério do Trabalho, que consegue fazer recomear as negociações.

Entretanto, a influência de alguns elementos ligados a grupelhos esque, istas na Divisão de Manutenção e Engenharia provocava já incidentes. Contrariando as posições assumidas pela maioria dos trabalhadores do sector e muito em especial as assumidas pelo Sindicato dos Metalúrgicos — ao qual pertence a maioria dos trabalhadores da DME —, esses elementos apresentaram um caderno reivindicativo próprio num plenário realizado na Voz do Operário em 30 de Julho. Tal proposta é rejeitada e denunciado o seu papel divisionista, para além de ser sublinhado o carácter provocatório da proposta, que incluía reivindicações absurdas e claramente impossíveis de defender. Derrotados em plenário, os elementos provocadores não desistiram porém da sua actividade e convocaram um plenário próprio, em que aprovam um caderno reivindicativo da DME! Os trabalhadores da DME são assim isolados dos seus companheiros de trabalho e arrastados para um processo que visava claramente provocar um conflito, como a sequência veio demonstrar.

Enquanto no Ministério do Trabalho prosseguiam as negociações com assinaláveis êxitos para os trabalhadores, uma vez que a Comissão Sindical conseguia a ratificação de numerosas cláusulas, contando com a eficaz colaboração do Ministério do Trabalho e uma posição cooperante da Comissão Administrativa, o grupinho de irresponsáveis prosseguia o seu trabalho, acabando por decretar uma redução de trabalho na DME de 44 para 40



A MANIFESTAÇÃO DA MINORIA SEDICIOSA

(NA PÁG. 8)

horas. Face à situação criada, as negociações são interrompidas: os provocadores começavam a obter os primeiros resultados do seu trabalho, prejudicando milhares de trabalhadores! A 19 de Agosto, durante uma concentração de 300 trabalhadores, o caderno reivindicativo dos metalúrgicos da Divisão de Manutenção e Engenharia é entregue à Comissão Administrativa com a informação de que terá de aceitá-lo num prazo de oito dias.

As negociações do acordo colectivo de trabalho são contudo reiniciadas apesar da atitude de desafio assumida pela minoria. No dia 26, o ministro do Trabalho visita a sede da TAP para dialogar com os delegados sindicais e a Comissão Administrativa. Os autores do caderno reivindicativo recusam-se, entretanto, a participar na reunião e abandonam a sala. Não atendem nenhum dos apelos à calma sucessivamente formulados. Reunida no refeitório, essa minoria irresponsável faz pressão sobre um plenário não representativo dos trabalhadores para que a greve seja proclamada. É conseguida a sua finalidade.

No dia seguinte, quando as tropas do COPCON, por determinação do Governo, haviam ocupado posições estratégicas no aeroporto, a intransigência dos provocadores acentua-se ainda mais. Não permitem sequer que os trabalhadores que não haviam aderido à greve participem no plenário convocado!



CHILE: FASCISMO POR ENCOMENDA

por Alexandre Yanez, membro do C C do P C do Chile, especial para o «Avante!»

(NA PÁG. 9)

A SITUAÇÃO NA TAP

(Continuado da pág. anterior)

magadora maioria dos trabalhadores esperava com confiança um resultado das negociações que não haviam sido interrompidas. Esse ponto é fundamental para a compreensão dos acontecimentos posteriores. O «controle» militar não levou a uma ruptura das negociações do ACT.

No prosseguimento do seu trabalho, o grupo de provocadores faz uma agulha completa nas suas «reivindicações»: a irrealidade das propostas do seu «caderno reivindicativo» substitui-se a exigência de retirada das Forças Armadas do aeroporto, demonstrando assim claramente a sua vontade de, sucessivamente, procurarem motivos de conflito com o Governo Provisório e as Forças Armadas.

alinhando com impressionante clareza nas manobras que com o mesmo objectivo a reacção lança por todo o País. Para estudar a situação criada, a Comissão Sindical convoca novo plenário realizado a semana passada. Na Voz do Operário, os provocadores desmascaram-se definitivamente. Os dez sindicatos maioritários dos trabalhadores da TAP deram um posterior plano a forma como tal plenário decorreu e é particularmente significativo um trecho do comunicado que divulgaram:

«Efectivamente, tentou-se e conseguiu-se criar a confusão e um clima emocional extremamente elevado, propondo-se a substituição da mesa da assembleia, que era legitimamente constituída por representantes sindicais, acusando-a de partidismo, muito embora os trabalhos mal tivessem sido iniciados.

Esta medida visou não só lançar a confusão mas também desprestigiar e desacreditar as direcções sindicais presentes porque anteriormente as mesmas haviam criticado o processo grevista, entendendo que assim melhor defendiam os interesses dos trabalhadores. A nova mesa, por sua vez, veio revelar durante o decorrer do plenário uma posição absolutamente partidária e não democrática, não só através de intervenções do presidente da mesma que, antes da leitura das propostas ou no fim de determinadas intervenções, dava as suas interpretações das mesmas, como ainda, cortando as inscrições de oradores, fazendo repetir votações quando os resultados não eram os pretendidos bem como recusando-se a cumprir um requerimento verbal, apresentado no sentido de ficar registado em acta o resultado numérico da votação dum proposta de paralisação total, dizendo, muito «democraticamente», que essa contagem era uma manobra e, portanto, que quem tinha apresentado o requerimento, a fizesse, se lhe apetece.

Tendo-se chegado ao extremo de se fotografar os trabalhadores que se opunham, para os «marcar», consideramos significativamente o facto de, em várias votações, o número de votantes declara-

dos (a favor, abstenções e contra) ser muito inferior ao número de trabalhadores presentes, o que só poderá ser explicado pelo clima de terror instaurado, que levava trabalhadores não concordantes a não se manifestarem.

Estes factos, bem como o comportamento verdadeiramente criticável, bem à moda fascista, de elementos afectos à mesa, que chegaram a ameaçar de morte, publicamente, o presidente inicial da mesma, saltando para cima do palco e apoderando-se dos microfones; de outros que, no decorrer da sessão, ameaçavam de violência física trabalhadores que se opunham aos seus desígnios, parecem mostrar de modo inequívoco as verdadeiras intenções do grupo actuante, recusando uma análise conscienciosa da grave situação que na TAP se vive, provocando, assim, a saída de grande parte dos trabalhadores presentes, a fim de mais facilmente fazerem aprovar a proposta de paralisação geral de trabalho.»

É nestas circunstâncias que

Vitória dos trabalhadores na Duarte Feteira

Pondo termo à greve prolongada, os trabalhadores da firma Duarte Feteira, de Vieira de Leiria, voltaram ao trabalho em 26 do corrente, mediante um acordo celebrado com a administração da empresa.

As conquistas dos trabalhadores da Duarte Feteira, entre as quais merecem especial relevo o pagamento das remunerações de acordo com as disposições em vigor, fixadas no Contrato Colectivo de Trabalho da Indústria Metalúrgica, o pagamento dos dias de greve e a proibição dos despedimentos sem justa causa, foram conseguidas mediante a prática diária de um elevado sentido da unidade e da solidariedade entre os trabalhadores unidos na defesa dos seus direitos e conscientes das realidades que o País atravessa no caminho da democratização e da destruição completa do fascismo.

é aprovada uma palavra de ordem de «greve» que constitui um claro desafio às Forças Armadas, tanto mais grave quanto vinha coincidir com a escalada da ofensiva reaccionária relacionada com a manifestação do dia 28.

A grande maioria dos trabalhadores da TAP desolidarizou-se de toda esta burla e manifestou-se claramente contra tais manobras e, na própria Divisão de Manutenção e Engenharia, grande número de trabalhadores se recusaram a colaborar na meticulosa provocação.

O crescimento da manobra foi uma tomada de medidas de carácter excepcional que permitissem o respeito pela vontade da maioria dos trabalhadores e o prosseguimento das negociações que no seu interesse se vão desenvolvendo.

Os factos narrados são suficientemente esclarecedores para dispensarem comentários. A aliança objectiva das minorias de provocadores verbalistas e das minorias reaccionárias é clara e assume aspectos que dificultam que se pense em acasos. Ambos se propõem provocar conflitos entre as Forças Armadas e os trabalhadores, desafiando o Governo Provisório e impedindo a consolidação da democracia; ambos procuram a todo o transe dificultar a vida económica do País, criar o caos económico que facilite a tarefa à reacção e às conspirações; ambos se isolam das massas e pretendem compensar o seu isolamento através de toda a espécie de mentiras, provocações, intimidações.

Face a tais manobras que tão bem se identificam entre si, os trabalhadores e o povo português respondem com a mesma determinação: A REACÇÃO NAO PASSARA.

ou Outubro... De sublinhar também que, uma vez mais, precisamente na altura de ofensivas contra-revolucionárias, irresponsáveis esquerdistas, cooperando realmente com a reacção, procuram agudizar os conflitos sociais e fazer manifestações contra o Governo, como é o caso da TAP.

O povo, vigilante, detectou desde a primeira hora a iniciativa contra-revolucionária, localizou e identificou os seus agentes, e lançou a contra-ofensiva das forças da liberdade. O PCP, e outras forças democráticas desmascaram já amplamente a manifestação prevista para o dia 28. Os motoristas e ferroviários, dando um elevado exemplo de consciência política, declararam a sua firme disposição de dificultarem os transportes para a manifestação. Outras organizações políticas e sindicais pronunciaram-se também. Os órgãos de informação têm dado inapreciável contribuição ao desmascaramento da manobra.

Não basta marcar posição. Ao nível do Governo, das Forças Armadas, das forças democráticas, das organizações sindicais, das massas populares, de todos aqueles que pensam assegurar o caminho da democracia e da descolonização e impedir o regresso à tirania fascista — é indispensável tomar medidas práticas para provocar o fracasso da manifestação contra-revolucionária.

Urge:

1. Proibir formalmente a manifestação e tomar ao nível do Estado as medidas necessárias para impedir a sua realização.
 2. Expressar à escala nacional, através de todas as organizações de carácter democrático, das mais variadas formas, a condenação formal da manifestação prevista e das actividades, manobras e conspirações da reacção.
 3. Intensificar a vigilância das massas populares às actividades para a preparação da manifestação e, de uma forma geral, às actividades da reacção e comunicar prontamente às forças democráticas e às Forças Armadas os acontecimentos que apresentem interesse.
 4. Negar qualquer cooperação, directa ou indirecta, que possa facilitar a propaganda, organização, as concentrações e o transporte de reaccionários ou de pessoas que aqueles procuram arrastar.
 5. Negar-se a conduzir camiões, automóveis ou outros meios de transporte, assim como tractores e máquinas agrícolas, para as concentrações reaccionárias.
 6. Responsabilizar os promotores e organizadores da manifestação pelas suas actividades contra-revolucionárias. Proibir desde já as actividades dos chamados Partido do Progresso, Partido Liberal e de outras organizações cujas actividades fascistas ou fascizantes estão plenamente documentadas.
 7. Descobrir, desmascarar e responsabilizar os conspiradores contra-revolucionários.
- Há condições para fazer recuar a reacção, mas não se pode minimizar o perigo. As forças democráticas têm de concentrar esforços e energias na batalha política nos fins da semana em curso.
- O Povo Português diz «NÃO» à manifestação contra-revolucionária. Agirá para cortar o passo aos seus propósitos. O fascismo não passará!

O ANTICOMUNISMO CONTINUA A SER UMA DAS PRINCIPAIS ARMAS DA REACÇÃO

(Continuado da pág. anterior)

criar um outro suposto inimigo: os comunistas!

É porque? E para quê? Ao fazê-lo identificam-se mais uma vez com o fascismo, destruído pelo 25 de Abril: aproveitam toda a campanha de calúnias, de mentiras de insultos que a propaganda fascista bolsou durante anos sobre o nosso Povo. As dúvidas, a falta de informação que o fascismo necessitava para sobreviver servem hoje à reacção para agitar. Por outro lado, assim como o povo português sabe que os comunistas têm uma dura e gloriosa história de consequente e eficaz luta antifascista — os fascistas sabem-no também! E ao atacarem o PCP, ao atacarem os comunistas, visam dois objectivos: usarem a propaganda fascista e a sua herança para enganarem as pessoas acerca deles próprios e dos seus objectivos reaccionários, isolarem e diminuir as organizações e homens que à luta antifascista deram contributos decisivos.

E por isto que a derrota da campanha anticomunista não é apenas uma tarefa dos comunistas: é uma necessidade de todo o povo português! Alinhar na campanha anticomunista é desviar o povo do principal inimigo — os fascistas e reaccionários —, é colaborar no esforço de privar Portugal do contributo da mais importante organização política que de fronteira à opressão.

Mas é necessário vermos ainda outra questão que pode surgir: A campanha anticomunista enquadrar-se no jogo democrático? Do que se disse antes, conclui-se já que uma campanha anticomunista contra aquela a que assistimos não pode de forma alguma incluir-se no jogo democrático. Na verdade, ela inclui-se, sim, num esforço para destruir a democracia e as condições para que tal jogo, tal possibilidade de escolha desapareça. Mas, a verdade (a triste verdade, aliás) é que algumas organizações políticas que no fundamental não são de forma alguma fascistas e outras que, embora definindo-se à direita, não o são também, alinham nesta campanha. Alinham umas vezes pelo silêncio perante elas, outras pela clara colaboração. Perante tais atitudes, a posição do PCP pode ser tida como uma recusa a ser

crítico a debater os seus princípios e posições. O que não corresponde à verdade.

Em primeiro lugar, sendo como vimos a campanha anticomunista uma peça fundamental da actividade das forças reaccionárias, pessoas ou organizações antifascistas não deveriam de forma alguma colaborar nela. Mais: no próprio interesse do seu trabalho e da sua existência (só possível em democracia, até na medida em que quase todas surgiram após o 25 de Abril), deveriam combater uma campanha que é uma peça fundamental de uma actividade cujo triunfo os afectará também.

Pelo que, a primeira coisa que há a dizer é que se uma organização que se diz democrática ataca o PCP porque pensa de forma diferente dela, está a fazer um mau trabalho de defesa da democracia — está mesmo a atacá-la! Em política — como em tudo o mais — é necessário definir os objectivos conforme a sua importância, é necessário ordená-los segundo a sua importância. Quando o PCP afirma «Unidade, caminho da vitória», isto não são palavras! É uma verdade que quem trabalha sabe bem ser verdade!

Mas a questão não fica aí. Mas por aqui!

Admitamos que já não havia perigo fascista (e esclareça-se que ele existe sempre! Depois de derrotar os nazis na segunda guerra mundial, o povo francês teve de derrotar os generais fascistas de Argel em 1960; depois de derrotar o fascismo em 1945, o povo italiano luta ainda contra o perigo fascista; depois de caminhar decididamente na democracia, o povo chileno conhece hoje o fascismo mais feroz). Mas diziamos: admitamos que vivemos numa democracia estável, sólida, em que o risco de implantação do fascismo foi afastado.

O anticomunismo visa também as outras forças antifascistas

Os comunistas poderão então aceitar passivamente uma campanha anticomunista?

Antes de mais, devemos dizer que o anticomunismo, visando em primeiro lugar o nosso Partido, visa também as outras forças democráticas e o Movimento das Forças Armadas.

Os comunistas, o PCP, reagem e combatem a cam-

panha anticomunista porque ela serve neste momento o fascismo. E combatê-la — ao sempre porque ela é contrária aos interesses populares — que são o único objectivo de um sistema verdadeiramente democrático.

Além disso, numa democracia, os partidos democráticos têm de estar ao serviço da democracia. A razão de ser do facto de haver vários partidos é que eles defendem diferentes maneiras de cumprir esse objectivo, correspondendo de uma forma geral a interesses específicos desta ou daquela classe ou camada.

Isto exige que em cada altura do trabalho político se distinga muito bem quais são os interesses fundamentais, aqueles que são comuns e que há que consolidar, os que são específicos e há que defender.

Veja-se por exemplo a posição do PCP, partido da classe operária. Nas presentes circunstâncias em Portugal, o PCP defende que os interesses de largas camadas do povo português são comuns, isto é a todos interessa consolidar as liberdades, libertar-mo-nos da herança do fascismo. Assim sendo, o PCP assume seriamente a responsabilidade do que afirma, empenha-se honestamente no cumprimento do programa do MFA, que, não sendo o seu, respeita o que nesta etapa representa os interesses da grande maioria. Ao assumir tais responsabilidades, o PCP defende e intransigentemente os interesses dos trabalhadores, bate-se como sempre se bateu pelas conquistas que aos trabalhadores interessam, pela consolidação dos direitos que eles próprios conquistaram, colabora na consolidação de uma democracia que serve todo o povo. Respeita os compromissos assumidos, é leal com os seus interlocutores, trabalha firmemente nas tarefas que adopta. O PCP e os trabalhadores portugueses sabem definir as prioridades, sabem definir compromissos para a que seja possível respeitá-los, sabem, em suma, lutar conscientemente e produtivamente por um Portugal para os portugueses.

O PCP tem, é claro, o seu programa, as suas posições. Que defende e pratica. Mas não faz campanhas negativas, não alinha em ataques a outras forças que estejam também empenhadas na honesta defesa das liberdades.

E, face a esta posição, que acontece? Vêm os outros partidos e organizações que por aí se formam colaborar fraternalmente neste trabalho? Vêm outros partidos e organizações rasgar caminho para a defesa das suas posições, para a sua exposição em termos positivos, do que querem fazer, do que propõem? Não! Infelizmente, assistimos não a um debate das propostas apresentadas, a análise

(Continuado da pág. anterior)

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

(Continuado da pág. anterior)

tecimento dum grande importância histórica no processo da liquidação definitiva do sistema colonial do imperialismo.

O heróico povo da República da Guiné-Bissau começa agora uma outra fase da sua epopeia nacional. E começa com o mesmo ímpeto e determinação dos primeiros combates.

Um Estado jovem onde os jovens são a mancha mais viva e dominante dum população decidida a apagar para sempre a herança do colonialismo.

Jovens heróis legendários que conquistaram a admiração do seu povo e de todos os que dum forma ou outra deram o seu contributo para a vitória final. Comandantes como Juvêncio Marcos, Constantino, Paulo Correia, Honório, Otto Schadt são jovens que mostraram com o seu exemplo a verdadeira fibra do povo combatente da República da Guiné-Bissau.

Aristides Pereira, companheiro mais directo de Amílcar Cabral, Luís Cabral, iracundo de Amílcar, o comandante Pedro Figueira, fundador do PAIGC, como Fátima, que passou 6 anos nas prisões de Angola e quase outros tantos na deportação, e Vasco Cabral, actual comissário da Economia e Finanças e assíduo frequentador das prisões fascistas em Portugal, são patriotas que dão hoje ao seu povo o melhor das suas capacidades e experiência e de quem muito há a esperar na edificação da sua pátria.

A realização do programa das comemorações de Madina do Boé — uma zona de difícil acesso, quase em absoluto carência de transportes e de vias de comunicação — pós a prova a extraordinária capacidade de organização do PAIGC e dos dirigentes do jovem Estado.

No dia 24, numa ampla pista aberta em plena floresta por «buldozers» manejados por mãos de jovens guineenses, deu-se o desfile comemorativo iniciado exactamente por uma juventude bulicosa, que, ao som de canções patrióticas e revolucionárias marchou sob o sol tropical, e finalizado pelas Forças Armadas equipadas com os seus carros de combate.

Na tribuna, Mário Cabral abriu o «meeting» e seguiu-

se-lhe Aristides Pereira, secretário-geral do PAIGC, que fez o balanço do caminho andado e das tarefas do partido, pedindo, a abrir, um minuto de silêncio de pé — cumprido comovidamente por toda a assistência — em homenagem aos heróis caídos na luta, em primeiro lugar, Amílcar Cabral. Seguiu-se Luís Cabral, que abordou a política de reconstrução do país, a que se irá dedicar o Conselho de Comissários e as tarefas principais. Depois, o secretário-geral da OUA e o representante do Governo da Argélia, cuja ajuda foi preciosa para o bom e rápido termo das negociações, referiram o significado das comemorações e exaltaram o esforço do povo da República da Guiné-Bissau.

Assistiram ainda o ministro português da Coordenação Interterritorial e os secretários de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Saúde, convidados pelos novos dirigentes do país. Estavam ainda, convidados pelo PAIGC, delegados do PS, do PCP e da UEC.

Frisante o tipo de relações amigáveis entre dirigentes e militares da República da Guiné-Bissau e militares portugueses, cuja ajuda, aliás, foi preciosa para o êxito das festividades.

A findar, uma recepção às delegações, de que — da delegação do PCP — damos referência noutro lugar.

Uma grande festa nacional do povo da Guiné-Bissau, uma grande jornada de amizade e solidariedade internacionalista à sua luta e às suas tarefas — eis o significado das comemorações de Madina do Boé.

AUGUSTO ALMEIDA MARTINS

HOMENAGEM A UM MILITANTE QUE DEU A VIDA PELO POVO

Numa cerimónia significativa, mais de duas centenas de pessoas estiveram na tarde do dia 25 nas catacumbas do cemitério

de Ajuda em homenagem a Augustinho Almeida Martins, assassinado pela Polícia

de Vigilância e Defesa do Estado (P.V.D.E.) em 25 de Setembro de 1937.

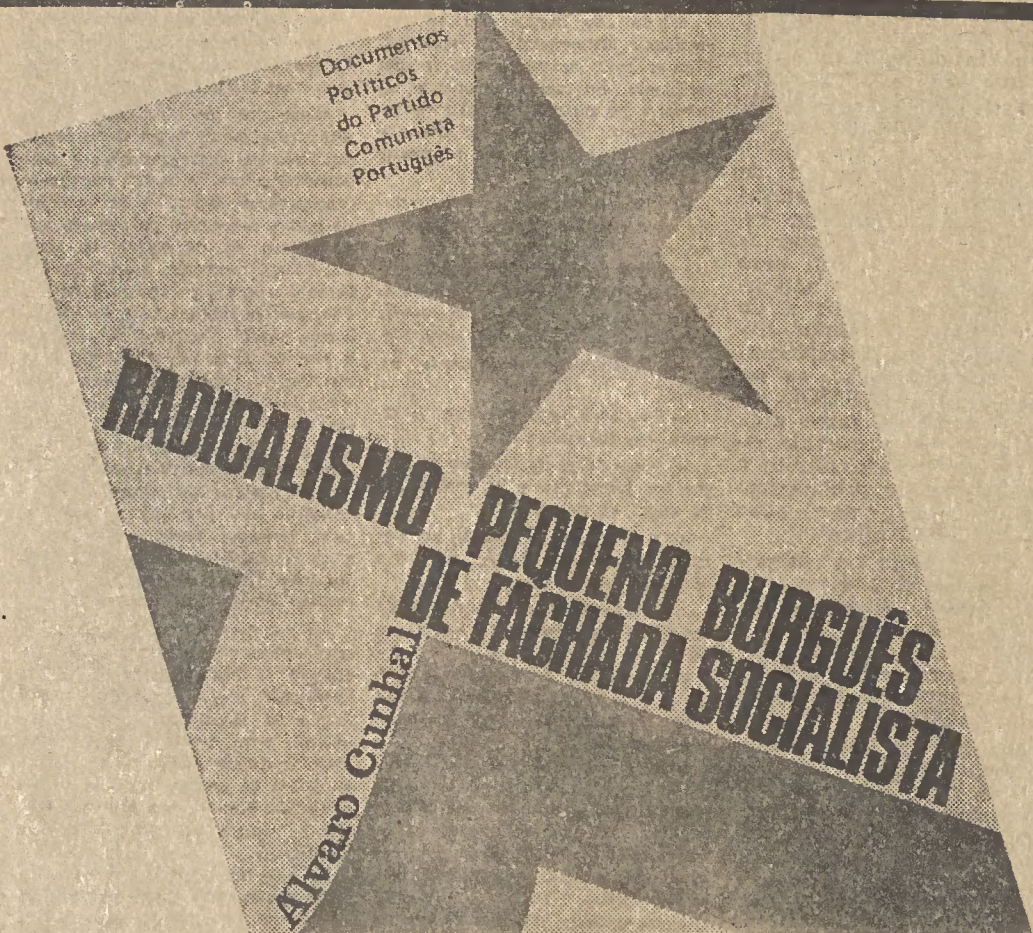
Na presença da viúva e dos filhos do homenageado, respectivamente Maria do Rosário de Sousa, Maria do Carmo de Sousa Martins Calado e Adelino de Sousa Martins, e numerosos antigos camaradas, Jaime Serra, do Comité Central do Partido Comunista, fez o elogio de Augustinho Martins, «um dos primeiros comunistas com quem trabalhei e convivi». Em seguida, foi respeitado um minuto de silêncio e recolhimento em memória daquele herói popular e colocado cravos rubros na sepultura.

Preso por António Rosa Casaco, que comandava a brigada de esbirros, em 21 de Setembro de 1937, Almeida Martins vinha a sucumbir quatro dias depois devido às torturas bárbaras de que foi vítima. A família só tomou conhecimento do facto através de um agente funerário que, confidencialmente, a aconselhou a tentar identificar o corpo na morgue. Aí, como ainda hoje se recordam várias testemunhas, eram visíveis os traços das torturas, desde as feridas no corpo, às unhas queimadas e as marcas de um capacete eléctrico que lhe teriam aplicado. Mais tarde, quando os ossos foram trasladados, verificou-se a fractura de diversas costelas, o que contradizia a certidão de óbito que apontava a causa da morte devido a uma síncope cardíaca.

A repressão fascista abateu-se depois sobre os restantes familiares, presos diversas vezes. Denunciando o crime, o «Avante!» da segunda semana de Outubro de 1937 informava as massas trabalhadoras do assassinio cometido e, referindo o comportamento de Almeida Martins, o nosso jornal acrescentava: «Um comunista não presta a mínima declaração à Polícia! dizia-nos ele. Demonstrou o corajoso e nobremente na prática».

A noite, realizou-se uma sessão de homenagem na Sociedade Recreativa Armadorense, na Rua do Cruzeiro, à Ajuda, onde, perante numerosa assistência, Maria do Carmo Martins Calado, Jaime Serra e Carlos Durão, do Comité Local de Lisboa, recordaram a figura do combatente revolucionário.

«Que não mais sejam possíveis crimes como aquele e motivou esta homenagem ao heróico filho da classe operária portuguesa e que os nossos filhos não sofram aquilo que nós sofremos» — foi o apelo final da filha de Almeida Martins.



UM LIVRO INDISPENSÁVEL!

O radicalismo pequeno-burguês de fachada socialista continua a manifestar-se na nova situação política criada em Portugal após o 25 de Abril. As suas características fundamentais não se alteraram.

A incapacidade para analisar as situações e definir uma linha correspondente, o desprezo pela luta com objectivos concretos imediatos, a precipitação em «queimar etapas», a absolutização das formas violentas de luta, o desprezo pela classe operária e pelas massas, a pretensão de atribuir a pequenas «minorias activas» de pequeno-burgueses a dinâmica do processo revolucionário, — são, entre outros, traços típicos vindos de antes do 25 de Abril e que continuam hoje a verificar-se.

Pedidos a EDIÇÕES AVANTE — Av. António Serpa, 26 — 2.ª — esc.

DISTRIBUIÇÃO DO «AVANTE!»
À ATENÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES LOCAIS DO PCP
Solicita-se a todas as organizações do PCP que comuniquem regularmente ao «Avante!» — Serviço de Distribuição, até cada terça-feira, as quantidades de jornais que pretendem receber nessa semana.
«AVANTE!» — Rua António Serpa, 26 — 3.ª — Dr.º — Telefones 77 22 84 / 76 98 96 / 76 98 97 — LISBOA — 1.

CLASSIQUES DU MARXISME
Éditions Sociales
na
LIVRARIA GALILEU, S.A.R.L.
Rua Cidade de Quelimane, 9-A
OLIVEIRA SUL

EM TERRAS DO ALENTEJO

TRABALHADORES COM A DEMOCRACIA LATIFUNDIÁRIOS COM A REACÇÃO

No distrito de Évora, campos e campos dilatam-se em desolação. Aqui e ali passou o fogo. Nunca o Alentejo foi tanto pasto de chamas como neste ano. A democracia que o povo quer construir e grandes agrários intentam sabotar. O mato invade os terrenos, rodeia, agreste, o tronco das oliveiras, carregadas de fruto, prometendo uma boa safra, que, há muito, devia ter começado a ser preparada. Os trabalhos de limpeza, nesta época, normalmente, já concluídos, na maioria dos casos, os agrários não lhes deram curso nem parecem dispostos a fazê-lo. A cortiça permanece nos sobrelhos. Limitado o cultivo de arroz, tomate, feijão. Vastas áreas de trigo e outras, a seu tempo não colhidas, mirram ao sol de Setembro.

Ao mesmo sol, pelas aldeias e vilas, homens «à boa vida» vão desesperando. Os campos, por fazer, os braços parados. O desemprego avança no Alto Alentejo, engrossa cada dia. Não que seja realidade desconhecida da saciedade populosa rural, o sabor não provado pelas centenas de milhares de trabalhadores alentejanos. Por trabalho, durante os 48 anos de fascismo, se bateu, corajosamente, a gente alentejana. Alguns, caíram nessas grandes jornadas de luta. Mais e mais, conheceram as terríveis prisões fascistas. A exploração, à repressão respondeu a força crescente do proletariado rural, alimentada nas duras batalhas por trabalho e pão.

Essa força conhece, após o 25 de Abril, novas possibilidades de organização, oportunidades, mais largas de se fazer ouvir junto do Governo. Os trabalhadores, têm sabido aproveitar e ampliar o campo novo em que se movimentam. Porém, neste momento, após importantes vitórias, agudiza-se a sua situação. Isso porque grandes agrários continuam a negar-lhes trabalho e pão. Conscientes da gravidade da situação, os trabalhadores alentejanos nem por isso desanimam. Vigilantes, confiando nas estruturas e forças democráticas, encontram, na sua unidade e organização, as melhores formas de neutralizar e combater as manobras reaccionárias. O longo passado da luta arma-os no presente para alcançarem mais e importantes vitórias, para construir um futuro de liberdade e democracia.

A ninguém podem restar dúvidas de que, hoje, no Alentejo, grande parte do desemprego é, fundamentalmente, provocada. É certo que após a época das ceifas seguiu-se sempre uma certa mingua de trabalho, não porque a terra não dá, mas porque o absentismo das grandes pro-

prietários foi uma constante da sua actuação de exploração. Porém, esses factores tradicionais são, hoje, intencionalmente agravados. Grande volume dos trabalhos habituais nesta época não foi feito. O propósito dos grandes agrários é evidente: provocar o descontentamento entre as massas laboriosas, levando-as a voltarem-se contra o Governo Provisório. Já que não podem continuar a manter a desenfreada exploração, já que são obriga-

direitar, que o Governo é bem outro, eles provocam a falta de trabalho. Porquê? Porque não querem ser beliscados no seu mando. Mas a gente não arrega de terra. É cá que a gente quer trabalhar. O Governo tem de obrigá-los ao cultivo. É o mesmo que dar-nos trabalho. Fixar-nos à nossa terra!

De 1960 a 1970, em cada 100 alentejanos do distrito de Évora, 18 foram obrigados a deixar a terra. Hoje, os trabalhadores não querem repetir os caminhos da emi-

gração, que o Governo é bem outro, eles provocam a falta de trabalho. Porquê? Porque não querem ser beliscados no seu mando. Mas a gente não arrega de terra. É cá que a gente quer trabalhar. O Governo tem de obrigá-los ao cultivo. É o mesmo que dar-nos trabalho. Fixar-nos à nossa terra!

De 1960 a 1970, em cada 100 alentejanos do distrito de Évora, 18 foram obrigados a deixar a terra. Hoje, os trabalhadores não querem repetir os caminhos da emi-

gração, que o Governo é bem outro, eles provocam a falta de trabalho. Porquê? Porque não querem ser beliscados no seu mando. Mas a gente não arrega de terra. É cá que a gente quer trabalhar. O Governo tem de obrigá-los ao cultivo. É o mesmo que dar-nos trabalho. Fixar-nos à nossa terra!

De 1960 a 1970, em cada 100 alentejanos do distrito de Évora, 18 foram obrigados a deixar a terra. Hoje, os trabalhadores não querem repetir os caminhos da emi-

gração, que o Governo é bem outro, eles provocam a falta de trabalho. Porquê? Porque não querem ser beliscados no seu mando. Mas a gente não arrega de terra. É cá que a gente quer trabalhar. O Governo tem de obrigá-los ao cultivo. É o mesmo que dar-nos trabalho. Fixar-nos à nossa terra!

De 1960 a 1970, em cada 100 alentejanos do distrito de Évora, 18 foram obrigados a deixar a terra. Hoje, os trabalhadores não querem repetir os caminhos da emi-

gração, que o Governo é bem outro, eles provocam a falta de trabalho. Porquê? Porque não querem ser beliscados no seu mando. Mas a gente não arrega de terra. É cá que a gente quer trabalhar. O Governo tem de obrigá-los ao cultivo. É o mesmo que dar-nos trabalho. Fixar-nos à nossa terra!

De 1960 a 1970, em cada 100 alentejanos do distrito de Évora, 18 foram obrigados a deixar a terra. Hoje, os trabalhadores não querem repetir os caminhos da emi-

gração, que o Governo é bem outro, eles provocam a falta de trabalho. Porquê? Porque não querem ser beliscados no seu mando. Mas a gente não arrega de terra. É cá que a gente quer trabalhar. O Governo tem de obrigá-los ao cultivo. É o mesmo que dar-nos trabalho. Fixar-nos à nossa terra!

De 1960 a 1970, em cada 100 alentejanos do distrito de Évora, 18 foram obrigados a deixar a terra. Hoje, os trabalhadores não querem repetir os caminhos da emi-

gração, que o Governo é bem outro, eles provocam a falta de trabalho. Porquê? Porque não querem ser beliscados no seu mando. Mas a gente não arrega de terra. É cá que a gente quer trabalhar. O Governo tem de obrigá-los ao cultivo. É o mesmo que dar-nos trabalho. Fixar-nos à nossa terra!

De 1960 a 1970, em cada 100 alentejanos do distrito de Évora, 18 foram obrigados a deixar a terra. Hoje, os trabalhadores não querem repetir os caminhos da emi-

gração, que o Governo é bem outro, eles provocam a falta de trabalho. Porquê? Porque não querem ser beliscados no seu mando. Mas a gente não arrega de terra. É cá que a gente quer trabalhar. O Governo tem de obrigá-los ao cultivo. É o mesmo que dar-nos trabalho. Fixar-nos à nossa terra!

De 1960 a 1970, em cada 100 alentejanos do distrito de Évora, 18 foram obrigados a deixar a terra. Hoje, os trabalhadores não querem repetir os caminhos da emi-

gração, que o Governo é bem outro, eles provocam a falta de trabalho. Porquê? Porque não querem ser beliscados no seu mando. Mas a gente não arrega de terra. É cá que a gente quer trabalhar. O Governo tem de obrigá-los ao cultivo. É o mesmo que dar-nos trabalho. Fixar-nos à nossa terra!

De 1960 a 1970, em cada 100 alentejanos do distrito de Évora, 18 foram obrigados a deixar a terra. Hoje, os trabalhadores não querem repetir os caminhos da emi-

gração, que o Governo é bem outro, eles provocam a falta de trabalho. Porquê? Porque não querem ser beliscados no seu mando. Mas a gente não arrega de terra. É cá que a gente quer trabalhar. O Governo tem de obrigá-los ao cultivo. É o mesmo que dar-nos trabalho. Fixar-nos à nossa terra!

De 1960 a 1970, em cada 100 alentejanos do distrito de Évora, 18 foram obrigados a deixar a terra. Hoje, os trabalhadores não querem repetir os caminhos da emi-

gração, que o Governo é bem outro, eles provocam a falta de trabalho. Porquê? Porque não querem ser beliscados no seu mando. Mas a gente não arrega de terra. É cá que a gente quer trabalhar. O Governo tem de obrigá-los ao cultivo. É o mesmo que dar-nos trabalho. Fixar-nos à nossa terra!

De 1960 a 1970, em cada 100 alentejanos do distrito de Évora, 18 foram obrigados a deixar a terra. Hoje, os trabalhadores não querem repetir os caminhos da emi-

gração, que o Governo é bem outro, eles provocam a falta de trabalho. Porquê? Porque não querem ser beliscados no seu mando. Mas a gente não arrega de terra. É cá que a gente quer trabalhar. O Governo tem de obrigá-los ao cultivo. É o mesmo que dar-nos trabalho. Fixar-nos à nossa terra!

De 1960 a 1970, em cada 100 alentejanos do distrito de Évora, 18 foram obrigados a deixar a terra. Hoje, os trabalhadores não querem repetir os caminhos da emi-

gração, que o Governo é bem outro, eles provocam a falta de trabalho. Porquê? Porque não querem ser beliscados no seu mando. Mas a gente não arrega de terra. É cá que a gente quer trabalhar. O Governo tem de obrigá-los ao cultivo. É o mesmo que dar-nos trabalho. Fixar-nos à nossa terra!

De 1960 a 1970, em cada 100 alentejanos do distrito de Évora, 18 foram obrigados a deixar a terra. Hoje, os trabalhadores não querem repetir os caminhos da emi-

gração, que o Governo é bem outro, eles provocam a falta de trabalho. Porquê? Porque não querem ser beliscados no seu mando. Mas a gente não arrega de terra. É cá que a gente quer trabalhar. O Governo tem de obrigá-los ao cultivo. É o mesmo que dar-nos trabalho. Fixar-nos à nossa terra!

De 1960 a 1970, em cada 100 alentejanos do distrito de Évora, 18 foram obrigados a deixar a terra. Hoje, os trabalhadores não querem repetir os caminhos da emi-

gração, que o Governo é bem outro, eles provocam a falta de trabalho. Porquê? Porque não querem ser beliscados no seu mando. Mas a gente não arrega de terra. É cá que a gente quer trabalhar. O Governo tem de obrigá-los ao cultivo. É o mesmo que dar-nos trabalho. Fixar-nos à nossa terra!

De 1960 a 1970, em cada 100 alentejanos do distrito de Évora, 18 foram obrigados a deixar a terra. Hoje, os trabalhadores não querem repetir os caminhos da emi-

gração, que o Governo é bem outro, eles provocam a falta de trabalho. Porquê? Porque não querem ser beliscados no seu mando. Mas a gente não arrega de terra. É cá que a gente quer trabalhar. O Governo tem de obrigá-los ao cultivo. É o mesmo que dar-nos trabalho. Fixar-nos à nossa terra!

restais, prevê a substituição da exploração tradicional individualista por formas comunitárias e associativas que beneficiem o maior número de caçadores, igualização dos processos de caça dentro e fora das coutadas e outras medidas, das quais, sem dúvida, a melhor acolhida é a que proíbe que cada concessionário beneficie de mais de 1000 ha de área coutada, exceptuando-se as formas de exploração colectiva, sendo as coutadas de áreas mais extensas agravadas progressivamente pela revisão das taxas.

Em Veiros, o descontentamento venceu o medo

Contrariamente ao observado em todas as terras visitadas (Évora, Guadalupe, Montemor-o-Novo, Santa Susana, S. Vitória do Ameixial), em Veiros, freguesia do concelho de Estremoz, com 1935 habitantes, o medo sufocava as vozes. A nossa chegada foi acolhida num clima de quase terror. Porta-voz de numerosos trabalhadores, parados no largo, um pequeno reideiro, dos tais que o fascismo lançou na semiproletarização, declarou-nos que o pessoal não tinha nada a dizer a quem quer que fosse.

As cruzes suásticas, traçadas a negro, nos muros da estrada que levam a Veiros, tinham já demonstrado que, por aqui, a reacção faz das suas... Ao tempo que escrevemos, já os saudosistas do «Estado-social», os fascistas à solta sabem que em Veiros o medo foi vencido. «Avante!» saudou por esta vitória esse povo de Veiros, uma das zonas mais sacrificadas, um dos povos mais flagelados. Vitória que não é nossa mas toda inteira daqueles que, no Rossio da freguesia, na noite do dia 20, conseguiram saltar as vozes, ainda que de início, balanças e trémulas.

Até que a experiência da explora-

ção lhes deu calor e força, até que a denúncia ganhou forma. Eis algumas das declarações registadas.

— A falta de trabalho é cada vez mais. Tudo por causa da falta de cultivo das terras. Aqui perto da gente temos uma barragem dentro do terra do sr. dom Duarte, que está feita para aí há 15 anos ou mais. Ainda não houve uma pessoa que trabalhasse nessa terra que está pronta para regadio. Aonde aquela terra chegava para nos governarmos todos dentro desta freguesia e arredores. A água daquela barragem só serve os peixes. De resto, não aproveita nem deixa aproveitar a ninguém. Só estão a vendê-la ali, ao metro, para o senhor doutor Teófilo. E nós aqui queremos trabalho e não o temos. E isto vai agravar-se. Hoje, por noite, chegaram cá mais uns três ou quatro mancos.

— A Casa de D. Duarte, referida pelos trabalhadores, geralmente conhecida por Casa de Bragança, possui propriedades e vastíssimas explorações que abrangem mais de seis concelhos de Évora. Esta área acres-

centada à área de um concelho de Setúbal totaliza 13 084 ha. Desta casa, diz a Oliveira Martins: «O Duque de Bragança era dono de grande parte do Minho e Trás-os-Montes e de quase todo o Alentejo». No distrito de Évora, grande parte das terras desta casa encontram-se em regime florestal, algumas em montado de alhos (cuja única produção são as bolotas para os porcos que quase não existem, em virtude da peste suína) e oliveira. É diminuta a área arvense. No concelho de Estremoz, o Grupo do Canal, pertence a esta casa, compreendendo um conjunto de herdades (A. das Casas, Cinzas, Memões, Queijeira, Palhas, Outeiro, Água Santa, Entre Águas, Coelheira e Vale do Infante), tinha em regime florestal 3045,2 ha, dos quais 2400 ha «foram incluídos num acordo entre a Casa de Bragança e a Socel — Sociedade Industrial de Celulosas, S.A.R.L. (co. fábricas em Setúbal), de arborização e exploração em regime de parceria».

A Casa de Bragança é apenas exemplo do domínio territorial de alguns grandes e muito grandes proprietários. Para termos uma ideia deste domínio, notemos que «nos distritos de Portalegre, Évora, Beja e Setúbal 50 644 explorações de menos de 50 hectares, ou seja, mais de 90 por cento do total de 55 850 explorações têm apenas 18 por cento da terra de cultura arvense (cereais e leguminosas em cultura extensiva). Quanto às grandes explorações, 3019 de mais de 100 hectares, ou seja, 5,4 por cento do número, ocupam mais de um milhão e meio de hectares de cultura arvense, ou seja, três quartas partes do total. As 177 maiores explorações (de mais de 500 hectares), que representam apenas

1,4 por cento do número, cabe metade de cultura arvense («Rumo à Vitória», da autoria do camarada Álvaro Cunhal).

Este domínio de grande propriedade, que se fez sentir, particularmente, no Alentejo determina um teor médio de patrões muito elevado. O distrito de Évora conta com o nível mais elevado do Continente: 4 por cento de patrões. Dominados por este valor mínimo, um conjunto enorme de assalariados: 89,5 por cento é a taxa de assalariados no distrito de Évora, que em seis concelhos sobe a mais de 90 por cento. Deparamos, pois, com uma população activa agrícola que é, simultaneamente, a mais patronal e a mais proletarizada do País. A média de assalariados por patrão cifra-se em mais de 22,1, o maior do País. Destes patrões, mínimo é o número de pequenos e médios porque, no distrito, o número de empresas familiares imperfeitas (semiprolétaires agrícolas), tal como o de empresas familiares perfeitas, é o mais baixo do País.

E este forte bloco patronal (há meses organizado no Grémio da Lavoura, hoje na Associação Livre de Agricultores, ALA...) que os trabalhadores rurais têm enfrentado na luta por trabalho e pelo estabelecimento de normas regulamentadoras da prestação de trabalho.

Trabalhadores conquistam convenção de trabalho

A luta por um contrato de trabalho movimentou, durante o fascismo, largos milhares de trabalhadores alentejanos. De 1959 a 1963, a palavra de ordem de «O Camponês», órgão dos camponeses do Sul, era a batalha decidida por um contrato colectivo de trabalho. Só com a queda do fascismo esta aspiração tornou realidade. O pri-

meiro passo consistiu na formação de comissões pró-Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas. No distrito de Évora, tal como em todos os que contam com população rural, a organização fortaleceu-se progressivamente. Ainda que delegados sindicais de freguesias sejam objecto de despedimentos. Ainda que a reacção manobrasse a todos os níveis.

A primeira convenção de trabalho que vigorou até 31 de Agosto, no distrito de Évora, foi amida violada. Como denuncia o Secretariado da Comissão Pró-Sindicato ficou claramente demonstrado que houve homens e mulheres que continuaram, mesmo durante a vigência da convenção, sem trabalhar. Outros foram simplesmente despedidos e houve agrários que não respeitaram as normas estabelecidas na convenção, não pagaram os feriados, não ceifaram os 20 hectares de grãos à espera que chegasse o dia 1 de Setembro, para, tal como diziam, os ceifarem com jornas de 50 e 60\$00 às mulheres e ameaçando os trabalhadores com: «Logo que acabe a convenção, verás como é que és». Logo após esta data, a grande maioria dos agrários baixou a jorna dos homens para 110 e 120\$00 e das mulheres para 70 e 80\$00, aumentando o horário de trabalho para 48 horas e despedindo trabalhadores.

O Secretariado da Comissão Pró-Sindicato do Distrito de Évora, a 30 de Setembro, apresentou uma proposta de nova convenção de trabalho a que a ALA tardou a responder.

Campanha anticomunista visa liquidar a democracia

Paralelamente às manobras sabotadoras da economia local e nacional assistimos, como é inevitável, a uma feroz propaganda anticomunista, cujo principal alvo é o nosso Partido. A reacção conspira abertamente. Intensificam-se reuniões em «montes». Aparecem nas paredes e nos muros das estradas PCP = fascismo PCP = à cruz gamada; «balaio o comunismo», «morte a Álvaro Cunhal», «morte aos comunistas». Espalham-se boatos de que são os militantes do PCP que lançam fogo às searas, incitam à greve, agitam. Vindos de Lisboa, chegam a Évora significativos postais carimbados com as frases «Tome iniciativas sozinho e depressa. Actue contra a treição comunista. Um a um liquidemos os tigres comunistas no Alentejo. Diga não à mentira comunista. Viva Portugal». Constantes os apelos à desordem, à violência, ao crime. Impedem-se, pela força reuniões sindicais, chegam-se à agressão física (caso de um comício do MDP em Montforte), ameaça-se com o recurso às armas. A reacção sobe em agressividade e ousadia, sempre, fundamentalmente centrada no ataque ao nosso Partido.

Seria, porém, ilusão, que as forças progressistas pagariam caro, não ver os claros intentos da reacção. Ainda que o nosso Partido, como organização de vanguarda da classe trabalhadora, como pujante organização de massas, atemorize, particularmente, a contra-revolução, o objectivo desta visa toda a construção da democracia no nosso País.

A sabotagem económica, o boicote político são faces de uma mesma criminoso actuação que urge impedir emergentemente. As massas populares, as forças democráticas vigiam. Mas não basta. O Governo tem de prosseguir e intensificar a luta e tomar medidas mais eficazes contra os inimigos da liberdade.



A nossa repórter fala com os trabalhadores

Novos livros Estampa

MELMOTH
I e II Vol.
Charles Maturin
Coleção Biblioteca Clássica
Preço 60\$00 cada

NEO-FASCISMO E IDEOLOGIA DO DESEJO
Michel Clouscard
Coleção Teses n.º 9
Preço 50\$00

PENSAMENTO POLÍTICO II
Umberto Cerroni
Coleção Biblioteca Estampa n.º 10
Preço 70\$00

A ORGANIZAÇÃO CIENTÍFICA DO TRABALHO
José M. Vegara
Coleção Biblioteca de Economia n.º 9
Preço 70\$00

UM ANO DE FASCISMO NO CHILE
Coleção Práxis n.º 26
Preço 40\$00

EDITORIAL ESTAMPA
Rua da Escola do Exército, 9, r/c, dto.
Telefone 555663 - Lisboa 1

Trabalhadores apontam reais soluções

— Mas o que é preciso é fabricar as terras. O grande problema do Alentejo é o aproveitamento das terras. A mecanização é reduzida, a fertilização também. As lavouras mal feitas. O subsecretário da Agricultura veio cá ontem e disse-nos que a produção da agricultura no nosso país é a mais baixa da Europa. Póde-se, os grandes proprietários têm-se revelado tecnicamente incapazes. Mas as terras até podem ser tratadas em pleno com os tractores que existem. E põe-se um tractor a trabalhar 24 horas com três homens, cada um a dar oito horas. Emprega-se o triplo dos homens e aproveita-se a terra. E depois veremos se não dá. O Governo



Searas queimadas: a acção sabotadora de certos latifundiários

SEARA NOVA

N.º DE SETEMBRO EDITORIAL
OS GRANDES ESQUECIDOS por R. L. DE ABRIL
O EPISCOPADO E O 25 DE ABRIL depoimentos
A POSIÇÃO DA IGREJA EM CUBA e ainda, além de outros artigos e a habitual secção De Letra e Oeste.
Uma importante entrevista com
FERNANDO LOPES GRAÇA
conduzida por Mário VIEIRA DE CARVALHO

NOVIDADE CAPITALISMO E EMIGRAÇÃO EM PORTUGAL
de CARLOS ALMEIDA e ANTÓNIO BARRETO
Acaba de ser posta à venda a 2.ª edição desta obra
ESC. 110\$00
PRELO EDITORA — R. da Misericórdia, 67, 2.º, E. — Lisboa

OBRA COMPLETA (48 Vols)
Lenine
na
LIVRARIA GALILEU, S.A.R.L.
Rua Cidade de Queluz, 3-A
OLIVEIRA GUL



Comício do PCP na Amadora

O RECINTO TORNOU-SE PEQUENO PARA A AFLUÊNCIA POPULAR

O comício do Partido Comunista Português na Amadora ultrapassou todas as expectativas mais optimistas. Tornava-se impossível romper no pavilhão desportivo da Associação Académica da Amadora na noite do dia 20. Maior fora o recinto e muito mais do que as 15 mil pessoas presentes teriam tido oportunidade de ouvir os oradores.

Nos dias anteriores, a vila, considerada o dormitório de Lisboa, aparecera cheia de cartazes vermelhos convocando a população em geral para o comício. A profusão de cartazes fazia-se sentir com mais força na Venda Nova, zona essencialmente fabril e onde a influência do Partido esteve sempre presente, como o demonstraram as lutas levadas a cabo pelos trabalhadores durante a opressão fascista.

Coincidindo com o dia do comício a Comissão de Freguesia da Amadora do PCP inaugurou o Centro de Trabalho, na estrada do Alfo do Maduro, e que, presentemente, regista diariamente uma numerosa frequência.

Na Reboreira, onde fica o pavilhão da Académica, o movimento assemblava-se à baixa lisboeta e no recinto, corpo contra corpo, a multidão comprimiu-se. Para além dos oradores, na tribuna encontravam-se presentes Carlos Brito e Aida Nogueira, ambos do Comité Central do PCP.

Dando início à sessão, José Ramos Lopes, operário da CEL-CAT, falou sobre os problemas sociais dos trabalhadores, seguido de Napoleão António Campeão, operário da Sorefame, que focou a situação dos trabalhadores nas empresas.

A unidade dos trabalhadores
A luta dos trabalhadores pelas suas reivindicações e por uma vida melhor foi o tema abordado a seguir por José Eduardo Santos, operário da Cometa, que depois de referir que as acções unidas de todos os trabalhadores daquela empresa permitiram, durante o fascismo, conquistar importantes melhorias sociais, tais como: aumentos de salários, redu-

ção no horário de trabalho e feriado no 1.º de Maio. Acrescentou: Não foi por acaso que nós assistimos imediatamente após o 25 de Abril a uma campanha grevista em grande parte fomentada pelos patrões. E que há momentos em que a greve pode ser também uma arma virada contra os trabalhadores e nesta fase de consolidação das liberdades conquistadas e de avanço para a democracia, o seu emprego desordenado e arbitrário é um destes casos.

Fransendo depois que os que tiveram a coragem de fazer greves durante o período negro do fascismo devem ser firmes e repudiar todas e quaisquer manobras do patronato, o orador acentuou: Os despedimentos ou por má administração; as greves desencadeadas por eles ou pelos seus lacaios, o descrédito que pretendem lançar contra as organizações da classe operária, em especial contra o Partido Comunista Português, são alguns exemplos de como os exploradores e opressores do povo português, não dormem. Contra todas estas e muitas outras manobras da reacção os trabalhadores devem lutar unidos e organizados.

Uma casa alugada não se pode empenhar

Focando os problemas locais, tão vastos como a população que actualmente habita a Amadora, Henrique Pinto Leão fez sentir a inexistência da assistência médica, a carga da iniciativa privada, sem um hospital que possa valer os doentes que deste modo têm de recorrer aos estabelecimentos sanitários da capital; a ausência de creches e infantários oficiais face a uma população constituída em grande parte por famílias em que todos trabalham; nenhuma infraestrutura desportiva; transportes morosos e deficientes, com os comboios sempre abarrotados, o que constitui um perigo para quem neles viaja; a constante falta de água na Amadora durante o Verão; o mau piso das ruas e a falta de limpeza por parte da administração local; a falta de recolha dos lixo; as zonas verdes que não existem. Todos estes problemas apontou o orador como teríveis heranças do regime fascista que nunca se preocupou com os mais legítimos interesses das populações.

Analisando por último o problema da habitação, recordou que toda a freguesia está cheia de barracas, problema social tremendo e que urge resolver, acrescentando: Não devemos esquecer: ninguém habita um bairro de lata por gosto; existem milhares de famílias a lutar por uma casa, não duvidemos que o preço das mesmas seria hoje ainda mais elevado, agravando a situação de todos; uma casa de aluguer nunca está paga nem se pode empenhar e, não se podendo continuar a pagar, não é coisa que seja fácil de devolver — entregando a chave dorme-se na rua.

Seguidamente, e após a intervenção de Artur Lino, que falou sobre assuntos sindicais e uma saudação proferida

por Cita Vales, da Comissão Central da UBC, foi anunciada à assistência a presença do camarada Álvaro Cunhal, cujo discurso publicamos noutro local.

Tendo chegado por volta das 23 horas, o secretário-geral do PCP foi vibrante e aplaudido pela multidão que, por várias vezes interrompeu o orador gritando em uníssono **Abaixo a reacção, Unidade, caminho da vitória e a vitória é difícil mas é nossa.**

Findo o comício a assistência cantou a Internacional e o Hino Nacional, seguindo-se algumas canções interpretadas por José Jorge Letria e Adriano Correia de Oliveira. Tanto os oradores como Álvaro Cunhal assistiram ao final misturados com a assistência.

NA FREGUESIA DO BONFIM 1500 PESSOAS NUM COMÍCIO

No grande pátio no meio dos blocos do Saldanha, na cidade do Porto, decorreu no dia 22 o primeiro comício-convívio de freguesia. Os três andares de um dos prédios eram dominados pela figura de Lenine, em várias variantes, disticos e multas, de resto, uma esplêndida colaboração à Comissão do Porto. Na mesa, além das camaradas da DORN, da Comissão Concelhia e da freguesia do Bonfim estavam ainda um representante da Junta, do MDP e do PS. Entre os participantes grande predominância de trabalhadores e jovens, que vibraram e clamaram continuamente contra a reacção, pelo castigo à PIDE, entremeados de vivas ao nosso Partido, a unidade das forças democráticas e ao Movimento das Forças Armadas.

Rui Celestino, da Comissão de Freguesia, anunciou as intervenções e leu duas moções, aprovadas por aclamação: uma apoiando as medidas contra o Partido Nacionalista e publicações reaccionárias, considerando-as primárias acções para desmantelar os focos da reacção; outra, protestando contra a libertação de alguns pides e de conhecidos dirigentes fascistas, reclamando que de novo voltem à prisão para que se faça justiça e se desencoragem tentativas contra a ordem democrática.

Intervieram os companheiros Mendes, do MDP, e Negro, do PS, realçando o aspecto fundamental da unidade das forças democráticas para se poderem levar a cabo as tarefas da construção de Portugal democrático. Os participantes secundaram essas intervenções com aplausos e vivas à unidade. Falou a seguir o camarada Alberto Proença, da organização de freguesia, que salientou o papel do Partido na defesa dos interesses dos trabalhadores. Referiu depois alguns problemas prementes da freguesia, e do Porto, tais como as «ilhas», o escândalo dos «subalugos» e outros relacionados com as deficiências enormes no problema da habitação.

Referiu ainda problemas urgentes, tal como o da Previdência, que reclamam medi-

DISCURSO DE ÁLVARO CUNHAL

No comício da Amadora, o camarada Álvaro Cunhal afirmou:

Camaradas:
Como no tempo da ditadura fascista, a reacção concentra o fogo da sua propaganda contra o Partido Comunista. Não há mentira, não há calúnia, não há invenção, não há provocação, não há ameaça que não lance contra o Partido. Procura provocar dúvidas acerca do Partido e dos seus dirigentes. Procura separar o Partido dos trabalhadores. Procura criar um ambiente de dúvida em torno do Partido e diminuir a sua influência. E que venho nós? Vemos que a influência do Partido não diminui, que os trabalhadores continuam a considerar o PCP como o seu único, verdadeiro partido de classe, que o povo continua a participar nas iniciativas do PCP, a aderir com entusiasmo aos seus comícios, como mostra esta nova magnífica sessão em que tenho a honra de participar.

Permiti, camaradas, que agradeça à Comissão de Freguesia da Amadora do Partido Comunista Português a possibilidade que me deu de aqui vir estar convosco e que transmita aos participantes neste comício as calorosas saudações do Comité Central do Partido Comunista Português.

Camaradas:
Este nosso comício realiza-se num momento em que se verificam simultaneamente dois factos contraditórios.

Por um lado, importantes passos em frente do processo de democratização e descolonização.

Por outro, uma febril e arrogante actividade reaccionária e contra-revolucionária.

Muitas vezes há tendência para dar menos importância às vitórias alcançadas pelo nosso povo e pelas forças democráticas desde o 25 de Abril.

Durante anos, o nosso povo e as forças democráticas lutaram pela destruição do estado fascista, pela conquista das liberdades, pela instauração da democracia. Todos considerávamos que, quando este objectivo fosse alcançado, seria uma vitória histórica.

Pois bem, O estado fascista foi destruído. Gozamos de liberdade. Podemos formar partidos, ter sindicatos livres, escrever sem censura, reunir-nos e manifestar-nos. Estamos instituído (é certo que com contradições e dificuldades, mas com um avanço no essencial) um regime democrático.

Estes acontecimentos só por si justificam o apoio do nosso povo à situação política actual.

Durante anos o nosso povo lutou pelo fim da guerra colonial e pelo reconhecimento do direito à independência dos povos das colónias portuguesas. Todos considerávamos que, quando esse objectivo fosse alcançado, seria uma vitória histórica.

Pois bem, A guerra acabou. A Guiné-Bissau é independente. Está constituído em Moçambique o Governo transitório com a FRELIMO. Angola caminha para a descolonização. Estes acontecimentos só por si

justificam o apoio do nosso povo à actual situação política.

Durante anos, os trabalhadores não podiam defender os seus direitos e uma grande massa era condenada a salários de miséria, congelados ao longo dos anos. Atenção particular aos trabalhadores mais mal pagos foi uma reclamação do movimento operário.

Pois bem, Embora a situação seja ainda má, embora aumentem os preços em virtude de uma situação económica catastrófica legada pela ditadura e provocada pela política de sabotagem económica do sector do grande capital, embora existam dificuldades sérias em alguns sectores, embora seja de exigir uma política mais decidida que faça pagar ao grande capital o maior peso das dificuldades, não se pode negar os aumentos salariais e outras reivindicações alcançadas no espaço de cinco meses, em especial a fixação do mínimo dos 3.300\$00, que representam no seu conjunto vitórias da luta reivindicativa superiores a tudo o que foi alcançado pelos trabalhadores nos últimos 10 anos de fascismo.

Só por si este facto justifica também o apoio à nova situação política.

No processo de democratização e descolonização o Governo Provisório, o Movimento das Forças Armadas, as forças democráticas representam um decisivo papel.

A oposição a estas três componentes essenciais da actual política portuguesa só pode aproveitar a reacção.

É certo que nem todas as medidas do Governo têm a aprovação de todas as forças políticas. Mas o apoio ao Governo não exclui a crítica ou a discordância em relação a tal ou tal medida.

Se falamos da participação do PCP no Governo, pode perguntar-se: o que serve melhor os interesses dos trabalhadores e a defesa das liberdades? E participar no Governo Provisório, lutar aí por medidas verdadeiramente democráticas e acelar soluções comuns com outras forças que participam no Governo, ou aceitar soluções contra o próprio voto? Ou seria sair do Governo quando em tal ou tal decisão ficásemos em minoria? Estamos certos de que os trabalhadores e o povo em geral ficariam inquietos se os comunistas saíssem do Governo e se sentem muitos defensores e confiantes por eles aí continuarem.

Se assim é, tudo fazemos para continuar, para assegurar a defesa no Governo dos interesses dos trabalhadores, para contribuir para a defesa e segurança do regime, para a luta pela democracia e pela descolonização.

Também o apoio ao MFA é essencial para assegurar o processo em curso. O MFA, glorificado pelo 25 de Abril, é para o povo português a garantia da liberdade e da paz. Sempre que a realidade mostra a presença do MFA na vida nacional, o seu vigoramento, a sua iniciativa, o povo sente-se mais seguro e tranquilo.

Só a reacção ou esquerdistas irresponsáveis podem negar o papel eminente que continua a representar o MFA na democratização e na descolonização. O MFA ligou a sua sorte à sorte do povo português. O povo retribui com um apoio confiante e caloroso.

Apoio também às forças democráticas, segundo as convicções políticas de cada qual.

O papel do PCP na democratização é insubstituível. O apoio ao PCP é uma das principais formas de assegurar o curso da política actual. Não bastam porém os apoios. As massas têm de participar, de agir, de lutar. A acção do Governo Provisório, do MFA e das forças democráticas só pode ser eficiente na medida em que as posições e a acção das massas intervêm na vida nacional no sentido da mesma política. É essa conjugação que tem permitido fazer avançar o processo de democratização e da descolonização.

É por ver que se avança que a reacção desespera e intensifica as suas actividades.

Nas horas que passam assistimos a uma intensa actividade da reacção que coloca ante os trabalhadores, ante as forças democráticas, ante as massas populares a tarefa urgente de lhe fazer frente.

A luta contra a reacção tem de desenvolver-se simultaneamente em algumas direcções fundamentais. Tem que prosseguir. Tem que pôr-se um freio à propaganda fascista. Tem de impedir-se a organização dos conspiradores.

Desde o 25 de Abril foram tomadas importantes medidas de saneamento e recentemente o Governo Provisório tomou novas e importantes medidas no mesmo sentido.

Seria profundamente errado pensar que o saneamento está terminado. Todos sabemos, cada qual sabe por si, que por toda a parte há fascistas e reaccionários em lugares de grande responsabilidade e (mais grave ainda) que se aproveitam desses lugares para levarem a cabo uma actividade contra a ordem democrática, para oporem resistência passiva às medidas do Governo e, mesmo, por vezes, para conspirarem mais facilmente.

É pois necessário que prosiga o saneamento e confiamos em que prosseguirá, evitando qualquer injustiça, não amarrando definitivamente os homens aos erros do seu passado, mas defendendo firmemente as instituições democráticas, tanto das acções externas como das acções corrosivas internas.

Outra direcção fundamental da luta contra a reacção é a luta contra a propaganda fascista e reaccionária.

Esta propaganda tem-se intensificado extraordinariamente nos últimos tempos. Multiplicam-se os jornais. Desenvolvem-se abertamente uma campanha contra o Governo, contra o MFA, contra as forças democráticas, contra a democracia. Advogam-se abertamente a liquidação das liberdades e o regresso ao passado. O PCP aprova as medidas do Governo Provisório de suspensão e mul-

ta de jornais reaccionários e considera que é necessário prosseguir firmemente a acção neste sentido.

A difusão simultânea em todo o País dos mesmos materiais de propaganda, das mesmas calúnias, das mesmas mentiras, dos mesmos boatos mostram que a reacção conseguiu já um elevado grau de organização. Mas não só isso. A propaganda fascista e reaccionária, que durante algum tempo apareceu quase só para desorientar e marcar presença, desligada de iniciativas de acção prática, começa a aparecer coordenada para servir o objectivo de acções concretas.

Tal é o caso dos cartazes e da propaganda para uma manifestação que não é promovida por nenhuma entidade, entre cujos promotores se contam fascistas ou fascistas, cujos meios materiais são tão abundantes que se permite a distribuição aérea em larga escala, cujos canais organizativos parecem ser, em alguns casos, encapotadamente organizações patronais, cuja coordenação e escala nacional revela o uso de ficheiros que não se sabe onde vêm, cujos propagandistas mostram nos últimos dias em Lisboa e outras localidades serem rufiães fascistas armados, enquadrados em verdadeiras brigadas de choque e pidescas, utilizando jagueiros e outros carros de grande luxo, e cujas protecções são tão grandes que, presos em flagrante delito de agressão e ameaça com armas de fogo, agredem violentamente democratas nas próprias esquadras da PSP ante a passividade desta e são libertados por intervenção de representantes de pessoas muito responsáveis.

As forças democráticas não podem deixar de protestar contra esta actividade e de exigir severas medidas. O povo português deve estar particularmente vigilante em relação a esta estranha iniciativa reaccionária, que, procurando abusivamente encobrir-se com o nome de altas personalidades e do MFA, pode enganar muitos milhares de portugueses.

É necessário comunicar prontamente às Forças Armadas e às forças democráticas todos os casos suspeitos nesta manobra que a reacção prepara. É necessário acompanhar a par e passo o desenvolvimento desta iniciativa e agir para que, tal como aconteceu em 10 de Junho, a suposta manifestação redunda num fracasso.

Outra direcção de luta contra a reacção é a luta contra as organizações fascistas e reaccionárias.

Existem já organizações, com programas e jornais próprios, numerosos agrupamentos políticos reaccionários.

O Governo Provisório proibiu as actividades do Partido Nacionalista, do Partido dos Legionários — medida que os democratas aplaudiram e que aumenta a sua confiança no curso democrático. É necessário prosseguir o caminho assim iniciado. Há outros agrupamentos (isto fascistas, isto conspiradores e tão perigosos como o partido Interdió).

Para a defesa das liberdades, para cortar o passo contra-revolução, é necessário prosseguir a actividade de todos esses agrupamentos fascistas e fascistas, descobrir e desarticular as organizações clandestinas e impedir os conspiradores de apunhalarem as liberdades.

A propaganda, a agressividade e as provocações da reacção causam inquietação no nosso povo.

Há quem pergunte se não haverá perigo de um golpe contra-revolucionário.

A isso respondemos: que a reacção conspira, é um facto. Que ela dará um golpe, se vir alguma possibilidade de fazê-lo, é outro facto.

Mas temos razões para ter confiança. Existem forças bastantes para evitar ou dominar a tentativa de um golpe fascista.

Dissolvendo o embrião dum partido fascista, suspendendo ou multando os jornais contra-revolucionários, o Governo mostrou estar decidido a fazer frente à reacção. É necessário apoiar clara e firmemente essas medidas e estimular o Governo a prosseguir esse caminho. Se queremos evitar termos amanhã de enfrentar uma tentativa de direita, é indispensável bater forte e bem forte desde já na propaganda e nas conspirações reaccionárias.

Não se deve esperar que se consuma um primeiro grande crime de reacção para depois se tomarem medidas para lhe cortar o passo.

Se a reacção agita os dentes e se prepara para morder, é necessário partir-lhos antes que morda.

O processo revolucionário desde 25 de Abril tem apresentado uma característica de alto interesse: cada vez que a reacção tem passado à ofensiva e tentado, dum forma ou doutra, abrir caminho para um golpe, a derrota dessa tentativa tem-se saldado pela consolidação das forças da democracia, por novos avanços da democratização e da descolonização.

Isso sucedeu, entre outros momentos, no dia 10 de Junho e na tentativa de golpe constitucional do primeiro-ministro do primeiro Governo Provisório, prof. Palma Carlos. Confiemos em que o mesmo suceda agora também.

A direita reaccionária estabelece planos coordenados de acção, vai criando uma vasta frente unida de contra-revolução, em cuja actividade se adivinha cada vez com mais clareza a existência dum comando centralizado.

Que tarefas impõem estes factos ao movimento popular? A nosso ver, impõem o reforço da unidade popular e democrática em todos os seus aspectos. Fundamentalmente: a unidade dos trabalhadores nas empresas, a unidade sindical e a unidade das forças democráticas.

O movimento operário português tem uma longa tradição de unidade e essa unidade foi sempre uma das mais sólidas garantias das suas vitórias. Há muitas tradições que nós queremos ver desaparecer para sempre. Mas esta tradição da unidade dos trabalhadores estamos dispostos a lutar intransigentemente por ela como um dos mais importantes factores da vitória.

Presentemente, a unidade de acção nas empresas continua a ser e

característica fundamental da luta operária, da luta dos trabalhadores. Entretanto, apareceram nas empresas pequenos grupos irresponsáveis, que pretendem enfraquecer e desagregar a luta operária. Fazem demagogia, soprando reivindicações irresponsáveis. Utilizam métodos de chantagem, de intolerância, de pressão e de ameaça. Apresentam como se fosse a opinião dos trabalhadores a opinião dos seus pequenos grupos. Sabotam os métodos democráticos de decisão. Tomam como objectivo principal da sua intriga o partido da classe operária portuguesa. Erguendo-se em comandantes, declaram greves sem a aprovação dos trabalhadores. Procuram em resumo dividir a classe trabalhadora e voltar a contra o Governo, em acções aventureiras que se conjugam objectivamente com a contra-revolução.

Os trabalhadores e os seus sindicatos combatem firmemente estas actividades divisionistas e desagregadoras — nas quais se sabe cada vez menos onde acaba o esquadismo e onde começa a reacção. A melhor forma de fazer é reforçar a unidade da classe operária reunindo e fazendo respeitar os métodos democráticos de decisão dos trabalhadores.

Um aspecto muito importante da unidade da classe operária é a unidade sindical. O PCP pronuncia-se firmemente pela defesa da unidade sindical.

Se, em qualquer sindicato, os comunistas não conseguem ganhar os trabalhadores para a orientação que defendem, se não conseguem que sejam eleitos para a direcção dos sindicatos cuja candidatura defendem, que devem fazer? Criar um novo sindicato para passarem a competir com o outro e orientarem-no segundo a linha do Partido? Não. Os comunistas, se estão em minoria, devem continuar no sindicato porque a sua grande preocupação é não quebrar a unidade sindical. Esta é a única atitude que serve os interesses dos trabalhadores.

Nos pensamos assim, mas há quem pense de outra forma. Há partidos e grupos políticos que pretendem que a lei sobre a liberdade sindical deve consagrar o direito para cada partido ou grupo político ter os seus sindicatos ou sindicatos próprios, como meio de acção e de pressão política.

Se em cada ramo de actividade, em cada profissão, em cada categoria passassem a existir tantos sindicatos quantos as correntes políticas, essa divisão dos trabalhadores só ao patronato e às forças reaccionárias poderia aproveitar.

Por isso defendemos que, pelo menos até à futura Constituição, não seja facilitada a criação indiscriminada de novos sindicatos e seja mantida uma única central sindical, que corresponda à vontade livremente expressa pelos trabalhadores dentro duma única sindical livre e independente, sujeita e regida da mais ampla democracia sindical.

Liberdade sindical e unidade sindical não se opõem nem contradizem. Temos em Portugal sindicatos regidos por princípios democráticos. A unidade sindical é um dos mais fortes garantes da liberdade sindical. Lutamos e lutaremos para defender e assegurar tal unidade.

A agressividade das forças reaccionárias e a sua unificação progressiva impõem também o reforço do entendimento, da cooperação, da orientação comum, em resumo da unidade das forças democráticas. É principalmente: uma tática comum e iniciativas comuns na luta contra o inimigo principal, na luta contra a reacção.

Não se compreende que partidos se unam no Governo e se combatam cá fora. A unidade democrática deve ser no Governo e fora dele.

É pois de lamentar que partidos que fazem parte da coligação no momento desta situação e neste momento a grave responsabilidade de se envolverem de certa forma na campanha anticomunista e, na mira de mais votos nas eleições, abrem o go contra o Movimento Democrático, movimento representativo de vastos sectores da opinião antifascista, digno do apreço e da solidariedade fraternal de todos os democratas portugueses e cuja ampla missão na cena política portuguesa está ainda por concluir. Estamos certos de que o Movimento continuará o seu honroso caminho, desempenhando o papel que justamente lhe cabe na democratização da sociedade portuguesa.

Não parece também coerente que alguém coopere com a direita, faça o elogio dos provocadores esquerdistas e ataque o PCP a diversos níveis e por diversas formas.

A divisão das forças democráticas e o rompimento da sua aliança com o Movimento das Forças Armadas seria fatal à democracia. Combatemos tudo quanto tende ao enfraquecimento da unidade e não pouparemos esforços para reverter a situação.

Estamos dispostos a cooperar, a discutir e a vencer dificuldades, a encontrar soluções comuns, a caminhar estreitamente unidos aos nossos aliados, a estabelecer acordos para acções comuns com quantos queiram lutar contra a reacção, pela consolidação e defesa das liberdades, pela realização de eleições, pela instauração de um regime democrático estável, ao abrigo de golpes contra-revolucionários. O PCP defende e defenderá a unidade nas fábricas, nos campos, nos sindicatos, nas escolas. Defende e defenderá a aliança com as Forças Armadas.

Fortalecido por amplo apoio popular, o PCP continuará a consagrar todas as suas energias à defesa dos interesses dos trabalhadores, à defesa da liberdade, no caminho que conduziu à construção em Portugal duma sociedade escolhida pelo próprio povo.

Viva a unidade da classe operária!
Viva a unidade das forças democráticas e a sua aliança com o Movimento das Forças Armadas!

Viva Portugal democrático, próspero e independente!

Viva o Partido Comunista Português!

INTENSA PARTICIPAÇÃO DO POVO NORTENHO NAS SESSÕES DE ESCLARECIMENTO

AVEIRO — Na sede da Comissão Concelhia do PCP em Aveiro, decorreu uma sessão de esclarecimento na qual estiveram mais de 400 pessoas. Foram debatidos problemas de trabalho, co-gestão, autogestão, e participação nos lucros.

Falaram Vital Moreira, Aníbal Almeida e Joaquim Gomes, assistentes da Faculdade de Direito de Coimbra, que fizeram uma exposição sobre o momento actual, para em seguida se debaterem sobre os problemas referidos.

No enquadramento das questões, houve grande interesse demonstrado pelos presentes, que ficaram identificados com o Programa do Partido.

CANELAS (Vila Nova de Gaia) — Com a presença de cerca de 60 pessoas, realizou-se, numa garagem local, uma sessão de esclarecimento. A iniciar, camaradas da Comissão de Freguesia e da Comissão Concelhia do Partido fizeram introduções, iniciando sobre questões como o «o PCP e a religião», «o Partido e a terra», um apelo às mulheres para a luta política, a campanha anticomunista e o papel do nosso partido na democratização do País. Com bastante participação de todos os presentes, seguiu-se um período de pedidos de esclarecimento.

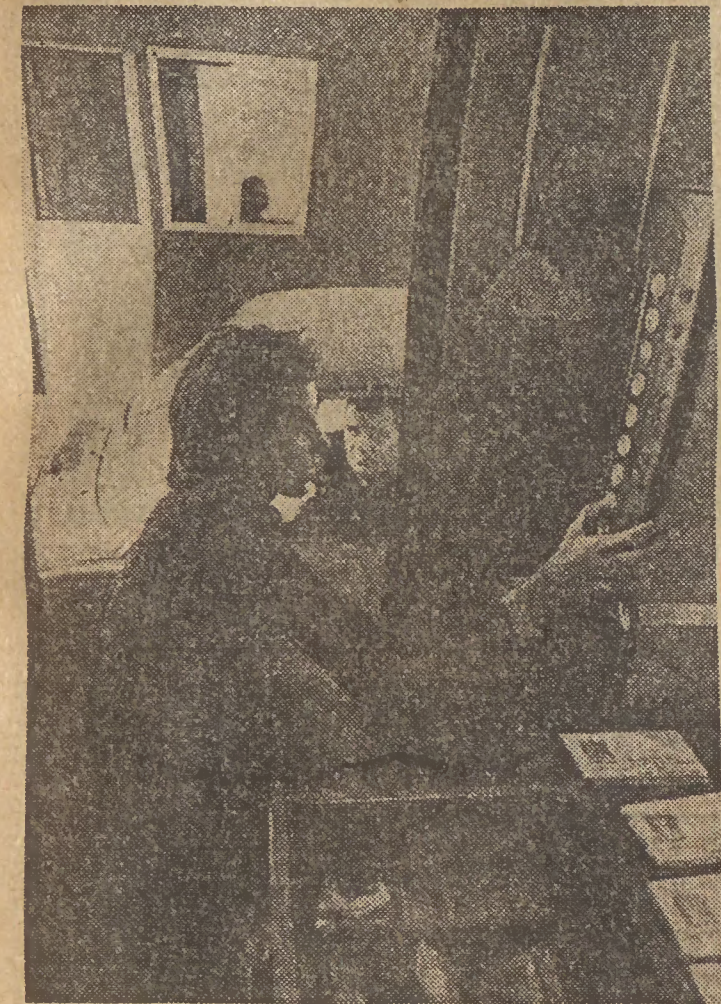
No final, visivelmente satisfeitos, os presentes abandonaram a sala a cantar o «Avante, Camaradas!».

VIANA DO CASTELO — No passado sábado, e organizada pela Comissão Concelhia de Viana do Castelo, teve lugar

Ler e divulgar o "Avante!" é ajudar o Partido

O QUE SIGNIFICA TRABALHAR NA PONTE (INEXPLICAVELMENTE AINDA CHAMADA SALAZAR)

Ser cobrador é passar 6 horas dentro de uma minúscula cabina, ver desfilar filas infinitas de carros, expostos ao fumo dos escapos, expostos ao frio e à chuva. É ter de distinguir, entre todas as marcas e tipos de veículos existentes, as dez classes em que se dividem para pagamento da portagem. Seis horas a estender o braço, a receber e trocar dinheiro, com os nervos crispados, numa atencão



Seis horas a estender o braço

constante para que não haja enganos; seis horas sujeitos a todas as más disposições dos automobilistas, provocações e faltas de respeito. Trabalhar em três turnos, para as mulheres, e um turno de noite feito apenas por homens. Ao fim do mês 3700 escudos dentro de um envelope, sem folha de férias que diga o que se descontou. Antes do 25 de Abril, os cobradores eram obrigados a des-

contar, no seu salário, o montante dos enganos. Casos houve em que sobre a base de 2700 escudos (salário antes do 25 de Abril, foram descontados 1200 escudos de enganos. Este desconto deixou de se efectuar depois do 25 de Abril, o que levou os trabalhadores a pôr a questão da sua legalidade e perguntaram para onde foi esse dinheiro e, se ele era ilegalmente descontado, como reavê-lo. Não existem prémios de turnos e aos trabalhadores (a maioria mulheres) são descontados os dias que faltam, não só no salário como nas férias. «Veja lá, tive que faltar 7 dias porque tive a minha filha doente e agora prô ano não tenho férias» — disse-nos uma das funcionárias.

Como não existe pessoal suficiente para os postos de trabalho, são feitas horas extraordinárias. No fim do mês passado, chegaram os envelopes com os ordenados, mas as horas extraordinárias não vieram. A reacção dos trabalhadores foi unânime e espontânea: o turno que saia do trabalho foi em massa ao serviço de contabilidade, exigindo falar com o respectivo responsável, sr. António Dóres. Este recusou recebê-los, tendo o pessoal permanecido no local. A certa altura foram abordados no corredor pelo referido sr. Dóres, que aos gritos lhes disse: «O que querem daqui? Isto não é nenhuma casa de fabri-

dos respectivos funcionários. O pessoal está a organizar-se para dar resposta adequada, no caso de as referidas horas extraordinárias não serem pagas rapidamente.

O trabalho dos motoristas
Divididos em três categorias, encontrando-se a maior parte na categoria mais baixa (motoristas de 3.ª), ganhando 4700 escudos por mês, fora os descontos.

Mas é difícil o trabalho a realizar para receber esse magro salário: transportar o pessoal, dar assistência na ponte aos casos de avaria, serviço de ambulância, funções de polícia na perseguição aos automobilistas que se furtam ao pagamento. Os seus colegas que conduzem os carros dos directores e administradores ganham 5700 escudos, porque foram classificados como (?) «fiscais». Numa exposição enviada à JSN, os motoristas da ponte reclamam que sejam abolidas estas disparidades salariais e que passem a ser pagos como os motoristas dos srs. «Directores».

O que muita gente não sabe sobre os electricistas

A noite as curvas harmoniosas dos cabos da ponte, salpicadas de luzes, oferecem a quem as olha de longe um espectáculo agradável. O que muita gente não sabe é que quando todos os dias essas lâmpadas se fundem e que os electricistas são obrigados a percorrer, a pé, os cabos da ponte para substituir as lâmpadas, ao sol e à chuva, a cerca de duas centenas de metros de altura. Das suas reivindicações fazem parte um subsídio de turno e de risco pelo trabalho executado assim como um mês de férias com subsídio.

A administração sempre tentou criar um fosso entre

as diversas categorias. Assim o pessoal que fiscaliza o trabalho da portagem é obrigado a relatar as anomalias que detecta. Várias vezes depois de apresentados os relatórios, os responsáveis superiores chamavam os trabalhadores para lhes dizer: «Olhe o que o sr. fiscal disse de você; ponha-se a pau com ele».

Pouco a pouco o desinteresse pelo serviço foi-se instalando. Hoje, os trabalhadores exigem que sejam instalados sistemas de pagamento de portagem, sistemas estes que não possam pôr em

Grande actividade no Norte do movimento cooperativista

No decorrer do 1.º Encontro Regional de Cooperativas do Norte do País, realizado no Porto, no passado mês de Junho, foi, para além de pedida a revogação do decreto 520/1, de estudada a formação da Comissão Nacional de Cooperativas e de perspectivado o Congresso Nacional de Cooperativas, foi — diziamos — aprovada a formação de um Secretariado Regional do Norte das Cooperativas.

Este Secretariado, que tem sido o centralizador de toda a actual actividade cooperativista no Norte, é composto por duas cooperativas de cada ramo de actividade: do sector de consumo ficaram as cooperativas Novos Pioneiros (Braga) e Lordelo do Ouro (Porto) e pelas cooperativas livresiras a Unicepe (Porto) e António Sérgio (Póvoa de Varzim); pelas cooperativas de produção, a Cooperativa dos Pedreiros e a Cooperativa do Povo Portuense, ambas do Porto; pelas de habitação ficaram indigidas as cooperativas Problema da Habitação (Porto) e Edificadora Bem-Entendidos (Vila do Conde); e pelas cooperativas agrícolas ficaram a Cooperativa Agrícola Vale de Cambra e a Agrícola de Aflor. Posteriormente foi decidido alargar este Secretariado a todas as cooperativas que desejassem participar mais activamente no movimento cooperativista.

Alargamento

do trabalho cooperativo

No dia 27 de Julho teve lugar a primeira reunião do Secretariado que, com vista a um necessário alargamento do trabalho cooperativo, analisou as hipóteses de contactos com outras cooperativas do Norte, como também com

NOVO ACORDO COLECTIVO

— Abrangendo cerca de 9300 trabalhadores dos dezito distritos do Continente, foi concluído, há dias, um Acordo Colectivo de Trabalho entre os Sindicatos dos Empregados em Garagens, Estações de Serviço, Stand's de Automóveis e Oficinas Correlativas dos distritos de Lisboa, Porto, Braga e Aveiro e a ANAREC — Associação Nacional de Revendedores de Combustíveis.

O acordo, que vigorará até 31 de Março do próximo ano, foi negociado com o apoio técnico do Ministério do Trabalho e inclui vantagens consideráveis para os trabalhadores no que toca a salários, subsídio de férias e remuneração do trabalho extraordinário.

duvida a honestidade dos trabalhadores.

Uma longa luta tem vindo a ser travada no capítulo do saneamento, sem que no entanto tenham sido alcançados resultados substanciais.

Actualmente o pessoal está a organizar-se com vista à criação de um sindicato, bem como de desenvolver diversas formas de luta e de as popularizar.

«Escreva lá no «Avante!», que o 25 de Abril ainda não chegou aqui. Sabemos que podemos contar com vocês para nos ajudar», disse-nos, à partida, uma das trabalhadoras.

tactos com os secretariados do Centro e do Sul.

Depois de ampla discussão destes pontos, foi decidido manter todas as cooperativas informadas do trabalho realizado e a realizar pelo Secretariado e ligar cada vez maior número de cooperativas existentes, por sector, e criar um ficheiro de consulta e estudo, com publicações nacionais e estrangeiras sobre cooperação e cooperativismo.

Na segunda reunião, realizada no dia 10 de Agosto, ficou assente que o trabalho do Secretariado teria, essencialmente, duas linhas de acção, prossecução dos problemas comuns às cooperativas do mesmo ramo; promoção do trabalho cultural e difusão dos ideais cooperativistas. Neste sentido, foram criadas algumas comissões de trabalho por ramo cooperativo e uma comissão de dinamização do trabalho cultural.

Com vista a aproveitar a realização, em Braga, de 6 a 15 do corrente, da Agro-74, promoveu-se ali um Encontro de Cooperativas do Norte.

Criação dum boletim informativo

As actividades do Secretariado e todo um conjunto de iniciativas tendentes à expansão dos ideais cooperativistas, portanto tudo o relacionado com a propaganda, encontram-se a cargo da Comissão de Dinamização Cultural do Secretariado.

Depois da saída duma primeira folha informativa distribuída pelo Secretariado, foi decidida a sua transformação numa publicação que, para além do necessário papel informativo, terá outros objectivos de carácter mais amplo. Prevê-se para breve a saída do seu primeiro número. Esta publicação terá o nome de «Boletim Informativo do Secretariado Regional do Norte das Cooperativas» e, para uma maior compreensão dos objectivos do trabalho do Secretariado, foi decidido que levará expressa a frase: «Por um Movimento de Unidade Cooperativa».

COMPRADORES LESADOS DESALOJADOS DA LOTURBA CONTESTAM A DECISÃO

Do abrigo de medidas legislativas promovidas pelo regime fascista, foram desalojados, sem possibilidades de exporem as suas razões, os clientes da Loturba (Sociedade de Lotementeos e Urbanizações) que, desde 18 de Agosto, ocupavam as instalações da firma.

Este processo de ocupação foi motivado pela denúncia, por parte de um trabalhador daquela empresa, relativamente a irregularidades diversas e anomalias graves praticadas antes e depois do 25 de Abril pela Loturba. Os ocupantes, promitentes compradores da firma, representavam cerca de 500 pessoas que, à custa de sacrifícios quotidianos e como produto do seu labor diário, adquiriram pequenos lotes de terreno para construção no Casal da Fonte Santa, A-da-Beja, Belas, tendo a Loturba garantido o processamento da urbanização da área. Não somente esta urbanização não se encontra sequer em fase de iniciação como as informações bancárias sobre a firma, em 14 de Agosto, revelavam uma situação económica que veda, completamente, a possibilidade de concessão de alvará para estas obras.

A existência de provas concretas de empréstimos hipotecários contraídos pela empresa sobre terrenos já em contrato de venda, a dispensa de construção clandestina, nomeadamente de um piceleiro e de um redondel, no interior e exterior

Camarada: lê e difunde o AVANTE! Organiza postos e grupos de venda do teu jornal, o jornal dos trabalhadores.

NO MUNDO DO TRABALHO

NO COUÇO A SOLIDARIEDADE É LEI — A unidade e a solidariedade entre os trabalhadores continuam a desenvolver-se, tomando as formas mais variadas, revelando uma elevada consciência de classe e progredindo na perfeita compreensão das urgências do momento.

Para além da ajuda a trabalhadores em greve, ou vítimas do encerramento de empresas e de outras manobras do patronato, são de salientar as impressionantes jornadas de solidariedade com o Povo Chileno, que enfrenta a sanguinária ditadura fascista.

Os representantes da Central Única dos Trabalhadores do Chile (CUT) sentiram bem essa solidariedade no Couço (Ato Alentejo), uma das aldeias mártires do fascismo, onde os trabalhadores, com salários modestíssimos, recolheram entre si a quantia de 14 504\$00 para a oferecerem aos seus irmãos chilenos.

Além do donativo, quis o povo do Couço manifestar a sua solidariedade e apoio aos trabalhadores do Chile, levando a cabo uma grande jornada em que participaram mais de 1500 pessoas, incluindo os representantes da CUT, da Intersindical, do Movimento da Paz, do Movimento dos Jovens Trabalhadores, do MDP/CDE, do Movimento Democrático das Mulheres, do nosso Partido e de outras organizações democráticas.

Sérgio Valdez, um dos delegados da CUT que se deslocou àquela localidade, foi vibrantemente aplaudido.

OS TRABALHADORES AGRÍCOLAS DE ALMEIRIM CONTINUAM A LUTA — Mantendo a mais atenta vigilância para enfrentar os exploradores a todas as formas de reacção, os trabalhadores agrícolas de Almeirim, por intermédio do seu Sindicato, promoveram uma reunião na última quinta-feira, dia 12, em que estiveram presentes cerca de 1000 trabalhadores, para denunciarem o não cumprimento da Convenção Colectiva de Trabalho por parte de alguns patrões que livremente a subverberaram. Graças à força sindical gerada pela unidade, essa reunião, prontamente realizada, serviu como manifestação da justiça que assiste aos trabalhadores decididos a

fazer valer os seus direitos. Assim, exigem que lhes sejam pagos os salários de acordo com a Convenção Colectiva, livremente negociada e assinada pelos representantes de todos os agricultores.

OS CONTRATOS SÃO PARA SE CUMPRIREM — Na linha claramente expressa num esclarecimento recente do Ministério do Trabalho, onde designadamente se afirmava que o Contrato Colectivo de Trabalho assinado em 24 de Maio último pelos representantes sindicais e gremiais (dos metalúrgicos) e publicado no Boletim deste Ministério de 15 de Junho último é uma lei de trabalho em vigor e, consequentemente, o seu cumprimento é obrigatório para empresários e trabalhadores, não podendo aquele departamento governamental «tolerar que algumas empresas persistam, como até aqui, no não cumprimento do Contrato», o Secretariado da União dos Sindicatos do Sul, fazendo-se eco do veemente protesto da Federação dos Sindicatos Metalúrgicos contra a vaga de despedimentos e a recusa de um amplo sector do patronato em cumprir as cláusulas acordadas, propõe num comunicado de 13 do corrente:

«Que, imediatamente, se tomem medidas no sentido de se fazer cumprir o acordo livremente negociado; que, imediatamente, os organismos patronais sejam obrigados a informar os seus associados que o CCT é uma lei em vigor e como tal tem de ser cumprida; que, imediatamente, se proceda a um inquérito com o fim de se apurar quem são os responsáveis por tais manobras; que sejam imediatamente destituídos as direcções dos organismos patronais que evidenciem desrespeito pelo Programa do M. F. A.; e que sejam imediatamente reintegrados os trabalhadores metalúrgicos entretanto vítimas de despedimentos.»

A Federação, numa extensa introdução à proposta, refere, a dar o passo, que enesta acção anti-democrática tem tido especial relevo o Gremio dos Industriais Metalúrgicos do Norte (...) incitando os seus associados ao não cumprimento do acordo»

POR MELHORES SALÁRIOS — A Comissão Pró-Sindical dos Operários Agrícolas de Valada do Ribatejo tem-se esforçado por negociar com o patronato uma Convenção Colectiva de Trabalho. Mas, apesar desses esforços, as propostas dos trabalhadores, no que respeita a salários e ao prazo de vigência do Contrato, foram recusadas pelos lavradores, que querem voltar a discutir cláusulas já acordadas, como seja aquele prazo de vigência.

Quanto aos salários, a base de negociação é agora de 1150\$00 semanais para os homens e 780\$00 para as mulheres, exigindo-se a garantia de emprego para os trabalhadores da freguesia.

A Comissão Pró-Sindical tem desenvolvido grande actividade para prosseguir com as negociações, chamando todos os trabalhadores a apoiar com firmeza as suas legítimas propostas, cuja satisfação é da mais elementar justiça.

NOVAS REGALIAS — Os 264 trabalhadores das Empresas de Transporte Fluvial do Rio Tejo viram os seus esforços terminar em êxito na revisão das cláusulas do Contrato Colectivo de Trabalho respeitantes a remunerações e subsídios. Obtiveram um aumento generalizado de 500\$00 (em Maio findo, tinha havido outros aumentos), férias de trinta dias com subsídio de 100 por cento dos ordenados mensais (que agora se escalonam entre 6500\$00 para revir de segunda e 7400\$00 para arrais) e 13.º mês. Ficou também acordada a obrigatoriedade de se concluírem, até 30 de Novembro próximo, as negociações para a revisão completa do Acordo Colectivo de Trabalho em vigor. As melhorias agora obtidas têm efeitos a partir de 1 do corrente. As negociações directas entre as partes decorreram no Ministério do Trabalho, que lhes prestou apoio técnico através dos Serviços de Acção Social.

CONTRA OS DESPEDIMENTOS — No seguimento das negociações para normalizar a situação na Blue Bell, as 320 trabalhadoras desta fábrica de Foguetes (confeccion) conseguiram da entidade patronal e aprovação de dois pontos

importantes: proibição de despedimentos sem justa causa, sendo esta definida; e definição e tramitação de despedimentos com justa causa (neste caso, todo o processo terá de passar por uma comissão paritária).

As negociações directas entre representantes dos trabalhadores e da empresa têm decorrido e vão prosseguir no Ministério do Trabalho com o apoio técnico do Serviço de Acção Social.

CONTRA OS DESPEDIMENTOS — Trabalhadores de um sector da firma Salvador Caetano (Toyota), de Macedo, Ovar, opuseram-se ao despedimento de 40 por cento dos seus colegas e conseguiram vencer essa manobra patronal, pondo em prática a «unidade apoiada pelo Ministério do Trabalho» — revela a Comissão de Trabalhadores daquela firma num comunicado à imprensa.

POR MELHORES SALÁRIOS — Graças à unidade e à firme declaração dos trabalhadores, foi assinada recentemente para a freguesia de Pombalinho uma convenção colectiva de trabalho rural.

Organizados no Sindicato dos Operários Agrícolas de Santarém, que tem uma delegação na freguesia, aqueles trabalhadores conseguiram salários de 1020\$00 para os homens e 750\$00 para as mulheres, por semana de 44 horas.

Válida para o período de 9 de Setembro a 30 de Novembro deste ano, a convenção fixa, entre outras cláusulas, um horário de trabalho de 8 horas diárias (4 horas ao sábado) e proíbe as entidades patronais o emprego de mão-de-obra estranha à freguesia, quando nesta haja desemprego.

É de salientar que ficam proibidos os despedimentos sem justa causa (na definição desta, um dos patrões desejava que fosse incluída a circunstância de um operário se salientar na luta política e no esclarecimento dos seus camaradas).

A semelhança do que vem sucedendo em muitas regiões rurais, este passo importante na luta dos trabalhadores foi dado com o apoio do Sindicato, da Comissão de Freguesia e dos trabalhadores politicamente mais esclarecidos e organizados.

O SUBALUGAMENTO NO PORTO

FORMA DE EXPLORAÇÃO DA HABITAÇÃO A QUE URGE PÔR TERMO

As forças que ao longo dos anos actuaram livremente numa pilhagem constante aos trabalhadores estão ainda activas e dispostas a marcar presença onde lhe for oportuno.

O regime fascista permitiu-lhes usufruir de benefícios económicos para calcearem desumanamente os desprotegidos.

Neste sector estão os subalugues — classe parasitária — pessoas sempre ligadas à re-

pressão que lhes dava ensejo para poderem especular com as rendas dos quartos insalubres.

Para o efeito bastava-lhes possuir a licença policial do aluguer dessas espeluncas.

Quem ali entrasse, movido pelas precárias condições económicas ou impossibilitado de arranjar fiador para facilitar casa, penetrava no caminho da humilhação permanente, pois para ocupar o pequeno espaço teria de sentir diariamente na carne o aviltamento imposto, porque o subaluga usava o privilégio de lhes atrair no rosto o «favor» de os deixar residir ali. Esses favores eram pagos, assim, com o preço da humilhação e altos alugueres.

Na verdade a lei protegia os subalugas. A Polícia sempre estava a seu lado. A falta de residências de harmonia com as possibilidades económicas desses explorados servia para engordar a bolsa do intermediário.

A propaganda fascista encobria essa carência com a inauguração pomposa de bairros camarários onde eram recebidos alguns — uma grande minoria — de mora-

dores das ilhas horizontais.

Casos houve em que bairros ainda com certas condições de higiene foram postos por terra para, em seu lugar, se levantarem belos imóveis de renda proibitiva aos trabalhadores. Era um jogo de interesses. Muitos dos habitantes desses bairros que tinham o local de trabalho próximo não aceitaram a deslocação para os camarários, porque isso implicava perda de tempo e custos insuportáveis para o seu rendimento, na deslocação diária para o trabalho.

Assim as casas velhas da cidade transformaram-se em «ilhas verticais» onde vivem pessoas nas piores condições. Os proprietários desses imóveis há muito desocupados alugam-nos a quem depois tira deles grande proveito. Há até — e a afirmação não corre o risco de ser desmentida — quem faça disso rendosa «profissão» pois tem mais de uma casa nessas circunstâncias.

Na cidade há centenas de casas nessas condições. Os inquilinos são expoliados desumanamente. Os subalugas para os pôr na rua usam o velho sistema. Não passam

recibos. Quando é preciso efectuar o fraudulento processo recorrem ao bairro administrativo, põem uma acção de despejo com o fundamento invariável de que o sublocatário ocupava a espelunca a título provisório e sem pagar renda. Dias depois o inquilino é despejado impledamente.

A Administração dos Bairros sabem que não é assim. Sabem que o inquilino paga e bem. Que o subaluga só arrenda a quem trabalha e até colhe informações sobre os inquilinos. Mas fecha os olhos. Não ouve esses sublocatários. Despacha.

E assim, esses explorados, depois de terem pago as suas rendas à custa de grandes sacrifícios, vão para a rua, como indesejáveis, marginalizados pela lei que apenas serve o mais forte.

CLASSIQUES DU MARXISME — LENINISME
Editions Sociales
na
LIVRARIA GALILEU, S.A.R.L.
Rua Cidade de Quelimane, 3-A
OLIVEIRA SUL

NOVIDADE

REVISTA INTERNACIONAL

PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO

Devolve o cupão junto acompanhado de Esc: 195\$00 (assinatura anual, para Portugal)

em cheque ou vale do correio, para Editorial Avante,

Av. António Serpa, 26-29. Esq.º. Lisboa-1

Nome

Profissão

Morada

Localidade

Telef.

LÊ E ASSINA

Avante!

Orgão Central do Partido Comunista Português

Remete ao «Avante!» - Av. António Serpa, 26-29 Esq.º - Lisboa-1

Nome

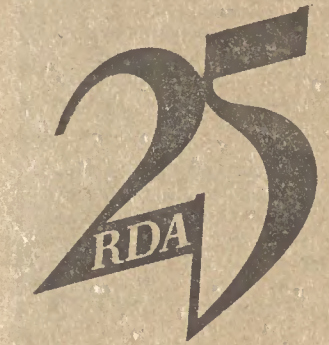
Morada

Localidade

Camarada: lê e difunde o AVANTE! Organiza postos e grupos de venda do teu jornal, o jornal dos trabalhadores.

A RDA NAS VÉSPERAS DO SEU 25.º ANIVERSÁRIO

A poucos dias do 7 de Outubro — dia em que a RDA comemora o 25.º aniversário da sua existência —, é visível o carinho e o cuidado com que os trabalhadores, o povo, se preparam para esse acontecimento. Surgiu um movimento de massas, que abarca milhões de pessoas e se estende a todos os sectores da população, um movi-



mento que se aproxima do seu ponto culminante: os festejos dos dias 6 e 7 de Outubro.

É difícil destacar o que há de mais importante nesta iniciativa de milhões. Mas, certamente, que temos de falar em primeiro lugar dos extraordinários resultados alcançados na produção socialista, pois são eles que decidem, antes de mais nada, o cumprimento da tarefa fundamental traçada pelo VIII Congresso do Partido Socialista Unificado da Alemanha, realizado em 1971: a luta pela crescente satisfação das necessidades materiais e culturais do povo. Nestas últimas semanas, os jornais da RDA vêm cheios de notícias sobre importantes realizações na emulação socialista dos operários e camponeses cooperativistas.

Duzentos e cinquenta operários, técnicos e engenheiros da fábrica de radioco-

municação de Berlim-Köpenick, por exemplo, estão empenhados na tarefa de racionalizar a produção de três tipos de emissores. Este projecto, que figura no plano científico e técnico da empresa, tem por objectivo aumentar a produtividade do trabalho em 25 por cento e melhorar a qualidade dos emissores que são, para além do mais, um produto muito solicitado no mercado mundial. Entre os projectos de racionalização da empresa que os trabalhadores se propõem levar a cabo em honra do jubileu, figura também a modernização da cantina e a instalação duma ampla sala de convívio destinada ao colectivo da fábrica. Neste exemplo manifesta-se claramente a tendência principal da emulação organizativa em honra do 25.º aniversário da RDA: aumentar a produtividade do trabalho aplicando os mais modernos conhecimentos científicos, melhorar a qualidade dos produtos e, ao mesmo tempo, melhorar as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores.

Muito se poderia dizer acerca das numerosas iniciativas levadas a cabo em todo o país por motivo do 25.º aniversário. Nos marcos da campanha «Colaborai!» — um movimento de massas organizado por todos os partidos e organizações de massas unidos na Frente Nacional — foram modernizadas e reconstruídas mais de 20 mil moradias, somente no primeiro semestre deste ano; foram criados mais 4502 lugares, através da construção de novas escolas e da ampliação de outras; 5369 lugares em jardins de infância e 3054 lugares em creches; 33 630 casas de camponeses foram dotadas de água canalizada. Nesta campanha participaram 2 milhões e meio de cidadãos (dos 17

milhões que conta a população total da RDA).

Sob o lema «Iniciativa RDA 25.º» lançou a juventude uma campanha que se transformou no maior movimento de massas juvenis registado na história do país. Somente a campanha «A Juventude controla», organizada na indústria e na agricultura, tendo como objectivo a poupança e economia de matérias-primas, proporcionou um lucro de 140 milhões de marcos. Os melhores militantes da Juventude Livre Alemã participaram na noite



de 6 de Outubro num grande desfile que terá lugar na capital. Até esta data ficará concluído o novo edifício do Palácio da República, mesmo no centro da capital, na Praça Marx-Engels, cuja construção começou há precisamente um ano.

Também os cientistas e artistas da RDA dão o seu contributo para o êxito das comemorações. Por exemplo, os colaboradores da Academia de Ciências estão a desenvolver grandes esforços no sentido de introduzir ra-

pidamente na produção os resultados das suas investigações. O dr. Kurt Schwabe, prémio nacional, vice-presidente da Academia de Ciências da RDA, ao ser-lhe perguntado que motivos haviam originado os seus esforços, respondeu: «Para mim e para muitos outros cientistas, os 25 anos da RDA são a prova de que o socialismo é capaz de cumprir, e em óptimas condições, os anseios e sonhos dos grandes humanistas burgueses, porque os que detêm o poder estatal estão profundamente comprometidos das ideias do socialismo e dispostos a levá-las à prática por todos os meios».

Por sua vez, o prof. Dieter Zechlin, pianista de renome, que tem contribuído para o prestígio internacional de que goza a música da RDA, expressou-se deste modo: «Na minha actividade, os meus interesses e os meus esforços sempre foram dedicados a tudo o que é novo e que tem nascido no meu país. No novo procurei o reflexo da nossa vida socialista».

Concluindo: reina uma atmosfera de grande entusiasmo na RDA. E o mais importante, o mais valioso, é a elevada consciência do povo, que se reflecte nos milhares de acções e ideias postas em prática para assinalar o 25.º aniversário no primeiro Estado de operários e camponeses na história da Alemanha. E isto é democracia no melhor sentido da palavra.

(Especial para o «Avante!» da Panorama RDA)

EM DUSSELDORF, NA ALEMANHA FEDERAL

NA FESTA DO POVO ORGANIZADA PELO PCA ESTEVE PRESENTE UM REPERSENTANTE DO NOSSO PARTIDO

Durante dois dias, entre 21 e 22 de Setembro, um enorme balão era visível de qualquer ponto de Dusseldorf. Estava amarrado a uma das margens do Reno, à entrada do local onde o Partido Comunista da Alemanha organizou a festa nacional do seu órgão central «Unsere Zeit». O balão tinha inscrito o nome do jornal a letras vermelhas.

Agitando-se ao vento dos dias outonais, de céu entrecortado de nuvens, o balão era mais do que um anúncio. Era igualmente um símbolo, como as luzes que brilhavam na noite, recordando a margem do Reno. Era a presença alenteirada de um Partido que veio da noite para o dia, violentamente perseguido pelo nazismo e depois mantido à margem da lei pela força de uma política reaccionária, que se instalou na República Federal Alemã, como escudo de interesses poderosos, do domínio dos monopólios.

Em 21 e 22 de Setembro, um mar de gente invadiu o recinto vedado, um amplo recinto onde 6000 comunistas trabalharam incansavelmente para transformar em fulcro de atracções múltiplas, a contento de todos, a festa do seu jornal.

Bandas de música percorriam as ruas da festa, Rua do «Avante!», com a foice e o martelo, logo à entrada, de «L'Humanité», de «L'Unité», de «Pravda», de «Mundo Obrero», dos órgãos dos partidos irmãos.

Atracções variadas. Restaurantes regionais. Bandeiras multicolores. Palcos enormes de fundo azul, decorado com a insígnia do festival, onde orquestras e grupos folclóricos intervalavam com actos de propaganda política.

O carácter internacionalista da festa

Estiveram presentes na festa do «Unsere Zeit» representantes



SESSÕES E COMÍCIOS

Dia 27 — Em Porto Brandão, às 21 e 30, canto livre. Em Alverca, no campo do F.C.A., às 21 horas, comício. Em Algueirão-Mem Martins, no Cinema Cheby, às 21 e 30, comício.

Dia 28 — Na Marinha Grande, no campo de futebol, às 16 horas, comício com a presença do camarada Álvaro Cunhal, seguido de canto livre. Em Odemira, na Casa do Povo, às 21 e 30, sessão de esclarecimento. Em Mosca (Lisboa), no pavilhão gimnodesportivo do Atlético de Mosca, às 21 horas, sessão de esclarecimento sobre países socialistas. Em Paiva (Berreiro), na Sociedade União 1.º de Agosto Paivense, às 21 e 30, sessão de esclarecimento.

Dia 4 — No Clube Atlético de Campo de Ourique (Lisboa), às 21 horas, comício. No Cacém, na sala dos Bombeiros Voluntários, às 21 e 30.

RDV: O ESFORÇO HERÓICO DA RECONSTRUÇÃO



A província de Nghe An, na República Democrática do Vietname, foi uma das mais duramente atingidas pela guerra. A sua capital — Vinh — alvo permanente dos bombardeamentos norte-americanos, 3000 jovens trabalham ali como voluntários nos trabalhos de reconstrução. Uma escola de construção civil, com instalações rudimentares (as primeiras foram destruídas em 1972 pelas bombas americanas), dá-lhes uma preparação prévia. A reconstrução começa a ser um êxito

CHILE: FASCISMO POR ENCOMENDA

Na Imprensa e no senado norte-americano rebentou um novo escândalo. Não se trata, desta vez, do Watergate mas da intervenção da CIA no financiamento da subversão contra o Governo da presidente Allende.

por ALEJANDRO YANEZ
membro do CC do PC do Chile
especial para o «Avante!»

Verdadeiramente, isto não constitui, por si, uma novidade; a novidade está na evidência da denúncia e nas cínicas declarações a ratificar os feitos do presidente Ford, de Kissinger e William Colby, este último director da CIA. Segundo as informações, a CIA entregou 8 milhões de dólares para financiar as greves em preséarias dos donos dos camiões e dos comerciantes em Outubro de 1972 e Agosto-Setembro de 1973, ajudando, além disso, o «El Mercurio» e outros diários, rádios e TV da oposição, assim como a actividade dos partidos políticos contrários ao Governo da Unidade Popular. Agora adquirem todo o seu sentido as declarações de um dono de camiões chileno que, em fins de 1972, confessava que num mês de greve tinha ganho mais dinheiro sem trabalhar que nos seis meses anteriores trabalhando todos os dias».

E ainda agora vão no começo as investigações nos EUA! Porém, está ainda por aclarar muitos aspectos da intervenção norte-americana, entre eles: todo o trabalho no interior das Forças Armadas, corrompendo, subornando e criando as condições para que tivesse êxito a grande tração de Pinochet e demais generais fascistas. Seguramente, a soma total gasta pelos imperialistas para a operação «fascismo no Chile», pode chegar a ser 5 ou 10 vezes mais. Mesmo assim as vantagens obtidas por eles estão à vista: antes do golpe ter feito um ano, a Junta tinha entregue aos monopólios iniques mais de 300 milhões de dólares por «indemniza-

lhadoras, fazem-se rusgas em pleno centro das cidades. A população é detida em massa nos cinemas, pelas esquinas, nos transportes colectivos. A tortura e a assassínio impune é prática quotidiana. A brutalidade do fascismo não tem fronteiras, o Chile é como um país ocupado por tropas estrangeiras.

Acrescente-se que os trabalhadores e a classe média têm de enfrentar o despiadado revanchismo económico dos grandes monopólios, externos e internos que, querem, no menor prazo possível, recuperar o perdido durante os três anos de Governo Popular. Com efeito, a Junta fascista impôs uma política económica regressiva, antipopular e antinacional. Todas as conquistas alcançadas pelo povo foram liquidadas. O produto nacional sofreu uma redistribuição brutal em prejuízo dos trabalhadores. Durante o Governo Popular a participação dos trabalhadores na distribuição do produto nacional chegou a ser de 63%; num ano de fascismo, de acordo com as cifras oficiais da Junta, baixou 38%. O desemprego, que durante o Governo Popular alcançou 3,5% da força de trabalho (umas 120 000 pessoas), hoje vai em mais de 600 000 trabalhadores, e a Junta anunciou que despedirá, antes do fim do ano, 100 000 funcionários da administração pública para diminuir o «gasto fiscal». A inflação chegou a limites inacreditáveis. Num ano os preços subiram 20, 30 e houve meses que 40 vezes! Para dar uma ideia basta comparar os preços de 5 produtos essenciais:

Produto	Unidade	Preço Agosto 73	Preço Junho 74	% Aumento
Açúcar	Kg	Escudos 5	Esc. 365	7 200 %
Pão	Kg	11	240	2 092 %
Leite	Lt	5,40	120	2 122 %
Sapatos	par	2 000	24 000	1 100 %
Almoço popular	Prato único	20	1 600	7 900 %

Os preços subiram em média 2000 %, os salários foram reajustados em 330 %, quer dizer: o alto poder aquisitivo que tinham os trabalhadores no Governo de Allende reduziu-se a uma terça parte, isto considerando apenas aqueles que têm a sorte de ter trabalho!

Uma crise que abarca vastos sectores

Esta crise económica não só afecta os assalariados como também os médios e pequenos comerciantes; industriais e agricultores, muitos dos quais faliram por falta de poder aquisitivo dos consumidores. A indústria nacional trabalha com um terço da sua capacidade, a produção industrial e agrícola baixou sensivelmente.

Como dissemos ao princípio, os únicos beneficiados com a ditadura fascista são as companhias imperialistas e um pequeno gru-

po de monopólios internos ligados ao capital internacional.

Podemos dizer que ao fim de um ano do golpe, a situação interna da ditadura está longe da consolidação. Apesar da feroz repressão, os fascistas não conseguiram acalmar, muito menos liquidar o movimento popular; pelo contrário, o descontentamento generalizado da população vai-se transformando cada vez mais em protesto organizado e em acção das massas. Nos últimos meses houve dezenas de paragens e greves dos trabalhadores, tanto pelas suas reivindicações económicas como pelos despedimentos e funcionamento dos seus sindicatos. As mulheres, nos centros operários, activam o Centro das Mães e os jovens põem a funcionar os centros estudantis. O objectivo é, que, apesar das restrições impostas pela ditadura, o movimento de massas vá procurando e criando os seus canais de expressão nas condições actuais.

Fortalece-se a resistência

Uma das grandes aspirações da junta tem sido aniquilar o Partido Comunista. Porém, todos os seus esforços nesta sentida têm sido em vão. O Partido funciona em todo o país, na clandestinidade, mas sem perder os seus vínculos com as massas. A direcção do Partido está dentro do país e, a um mês do golpe, entregou ao povo uma orientação a seguir, um caminho justo para enfrentar a ditadura. O Partido e a Juventude Comunista, havia 6 meses de golpe, tinham culminado a sua etapa de reorganização nas novas condições de clandestinidade e nos actuais momentos impulsivos, juntamente com o Partido Socialista e a Unidade Popular, a organização e a resistência do povo, intensifica a propaganda e a agitação, aprofunda o isolamento político interno da ditadura. Nos fins do mês de Julho o Partido lançou um Manifesto ao Povo que foi distribuído nas principais cidades do país. Só em Santiago foram distribuídos 100 000 exemplares numa campanha de propaganda que causou um profundo impacto. A imprensa ilegal antifascista, que circula profusamente, desespera e exaspera os fascistas.

A grande tarefa política do momento actual é transformar o isolamento interno da Junta numa ampla Frente Antifascista. No apelo lançado no Chile pela Unidade Popular, por ocasião do passado 11 de Setembro, convidava-se todos os «antifascistas, particularmente os democratas cristãos e as forças da esquerda que não tomaram parte na Unidade Popular, a unir fileiras e lutar pela liberdade e uma nova democracia».

Esta é a chave das futuras vitórias: tornar a Unidade contra o fascismo mais ampla. Articular esta unidade numa Frente Política não será uma tarefa simples nem isenta de problemas, ainda que o factor decisivo para a conseguir seja a intensificação da luta do povo, em primeiro lugar, da luta heróica da classe operária, que foi a primeira força a lançar-se no desafio abortido da ditadura.

Breves notícias dos países socialistas

UNIÃO SOVIÉTICA

- O CC do PCUS e o Conselho de Ministros da URSS aprovaram, recentemente, uma resolução sobre a construção, nas cidades de Tobolsk e Tomsk, de dois importantes complexos da indústria petrolífera, cuja construção se iniciará ainda no ano em curso.
- De acordo com uma disposição do CC do PCUS em Moscovo, vai abrir uma Escola Superior de Administração de Agricultura. Esta escola criará uma rede unificada de centros de apoio à economia agrícola através de cursos acelerados de qualificação profissional. De 1965 até agora, terminaram cursos desse género 934 mil especialistas da agricultura.
- Em Moscovo acabam de ser publicadas estatísticas referentes ao nível de instrução dos operários industriais. Segundo elas revelam, 56 pessoas em cada mil, ocupadas na indústria, têm instrução superior ou média especializada; 653 de cada mil têm instrução média geral. São os operários que trabalham na indústria petrolífera quem possui nível mais elevado de instrução: um em cada oito são diplomados em Institutos Superiores ou Escolas Especializadas, e cerca de 70 % tem o ensino médio.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ

- No primeiro semestre de 1964, mais de 80 mil trabalhadores das empresas da RDA apresentaram propostas de inovação, cuja aplicação pode proporcionar lucros da ordem dos 2 mil milhões de marcos.
- Procurando elevar ainda mais a fertilidade dos solos, as cooperativas agrícolas da RDA recorrem cada vez mais às instalações de chuva artificial. Cada instalação de rega artificial pode regar mais de mil hectares. Graças a estas instalações, este ano foram irrigados na RDA 260 mil hectares, ou seja, 40 mil mais do que o ano passado.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO VIETNAME

- Somente durante os primeiros seis meses deste ano foram construídos em Haifong casas de habitação numa superfície de vinte mil metros quadrados. Centenas de famílias, sobretudo de trabalhadores do porto e de numerosas empresas da cidade, deixaram as barracas provisórias em que habitavam depois de terminada a guerra e mudaram-se para as casas novas.

REPÚBLICA SOCIALISTA DA ROMÉNIA

- Neste país socialista, começou a ser explorada a maior bacia de lenhite, que tem mais de 3800 hectares de extensão. Uma vez postas a funcionar todas as minas, o que terá lugar em 1980, a sua produção será três vezes maior que toda a exploração de 1970.

REPÚBLICA POPULAR DA BULGÁRIA

- Actualmente, na Bulgária, há um médico por cada 504 habitantes. A mortalidade infantil diminuiu nos últimos trinta anos (os anos do Poder Popular) de 120 por cada mil para 25 por cada mil crianças. O número de enfermeiras aumentou de 372 em 1944 para 20 000 em 1974.

REPÚBLICA POPULAR DA POLÓNIA

- Nos próximos anos, a Polónia vai ampliar consideravelmente a televisão a cores. Em fins de 1976, metade de todas as emissões, e, em 1978, todas as emissões da televisão, serão transmitidas a cores.

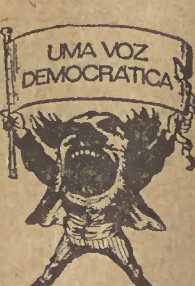
REPÚBLICA SOCIALISTA FEDERATIVA DA JUGOSLÁVIA

- A Jugoslávia obteve, este ano, uma colheita recorde, a maior dos últimos anos, calculada em mais de 6 milhões de toneladas de trigo.

REPÚBLICA POPULAR DA MONGÓLIA

- No bairro operário de Ulan Bator, capital da República, entrou em funcionamento um novo centro de serviços que foi construído com o auxílio de trabalhadores soviéticos. Esse novo centro compreende numerosas lojas, café, restaurante, cinema, biblioteca, farmácia e vários outros serviços. O complexo faz parte de um plano que acaba de ser cumprido pelos operários soviéticos que trabalham em Ulan Bator e de que faz parte a construção de residências, escolas, jardins de infância, centros de puericultura, etc.

LÊ • ASSINA • DIVULGA



A OPINIÃO

REDACÇÃO: R. SERPA PINTO, 162 • PORTO • TELEF. 487959

ASSINA O "AVANTE!"

OBRAS ESCOLHIDAS (3 Vols.)
Lenine
na
LIVRARIA GALILEU, S.A.R.L.
Rua Cidade de Quelmane, 3-A
OLIVAS SUL

GRANDES VITÓRIAS DOS POVOS DA GUINÉ E DE MOÇAMBIQUE

A GUINÉ QUE NASCE E A GUINÉ QUE MORRE

O mês de Setembro de 1974 ficará à assinalar uma série de acontecimentos históricos para o povo português e para os povos da Guiné-Bissau e de Moçambique. No dia 10 Portugal reconheceu a Guiné-Bissau como Estado plenamente soberano. No dia 24 a jovem República festejou em Madina do Boé o segundo aniversário da Independência. Em Bissau, o último dia do colonialismo coincidiu com a entrada na cidade de batalhões do PAIGC recebidos com entusiasmo pela população.

Em Moçambique tomou posse no dia 20 o Governo de Transição. Chefiado por Joaquim Chissano, compreende seis ministros designados pela Frelimo e três pelo alto-comissário de Portugal, contra-almirante Vítor Crespo. No dia 25, os moçambicanos comemoraram em todo o país a passagem do 10.º aniversário do início da luta pela independência.

COROS E DANÇAS DA MARINHA SOVIÉTICA FALAM AO «AVANTE!»

As salas apinhadas dos coliseus de Lisboa e do Porto e do ginásio de Almada, os bilhetes que se esgotaram num abrir e fechar de olhos, os aplausos entusiásticos que irrompiam mal terminava cada número — só por si, falam do grande interesse que suscitou entre o público português a vinda até nós do conjunto dos marinheiros soviéticos de Sebastopol.

O «Avante!» entrevistou para os seus leitores os camaradas Boris Bogolepov e Ivan Samofátov, respectivamente, director artístico do conjunto e responsável principal da «tournée».



O responsável pela digressão, camarada Samofátov

«Avante!» — O vosso conjunto tem despertado um grande interesse. Quer pelo seu elevado nível artístico, quer pela sua originalidade, quer, até, só pelo facto de ser um conjunto composto quase exclusivamente por jovens marinheiros. O camarada Bogolepov, como director artístico do conjunto podia referir-me ao modo como foi constituído o conjunto e como é organizada a preparação dos artistas?

B. Bogolepov — Sim, o nosso conjunto teve entre vós grande sucesso. Nós próprios o sentimos, tal como sentimos o grande interesse do público.

Os conjuntos artísticos de danças e canções surgiram entre nós nos fins dos anos 20. E o nosso conjunto de marinheiros do Mar Negro é precisamente um desses. É um dos mais antigos colectivos das Forças Armadas. Foi formado em 1932. Com a nossa arte, em Sebastopol, na Sebastopol cercada pelo fogo inimigo do exército hitleriano, encorajámos os defensores da nossa cidade heroica. Nessa altura, já ele então se tinha transformado num grande conjunto profissional, ao qual davam a sua colaboração destacados compositores e poetas. Qual é o vosso repertório? Pois são velhas canções de marinheiros, canções sobre a marinha, canções de soldados, canções populares, velhas canções russas, ucranianas, populares e revolucionárias.

O conjunto da marinha do Mar Negro é constituído só por marinheiros, mas é um conjunto profissional. Por exemplo: os estudantes do conservatório que terminam

o curso e são recrutados para a marinha do Mar Negro são imediatamente convidados a fazer parte do nosso conjunto, pertencendo ao nosso colectivo durante todo o tempo de serviço militar. Quando termina o tempo de serviço obrigatório, há muitos jovens que decidem continuar na marinha. Esses, portanto, continuam a fazer parte do conjunto. E por isso que, a par de jovens, vocês viram também camaradas mais velhos. No nosso conjunto, além do coro temos também uma orquestra e um grupo de dança. Este não é grande, mas, como vocês tiveram ocasião de observar, é formado por elementos bastante jovens. A nossa coreografia inspira-se fundamentalmente nas velhas danças ucranianas e russas.

As nossas danças de marinheiros, como por exemplo, a dança da «Macázhina», nasceram no tempo da guerra civil, assim como também muitas das nossas canções. As nossas danças e canções falam da vida dos marinheiros, do seu trabalho. Uma das nossas principais preocupações é dar a todo o colectivo do nosso conjunto uma vasta cultura. Com frequência actuamos no estrangeiro. No nosso país somos solicitados para actuar nas fábricas, nos «kolkhozes», nas minas, nos institutos. Actuamos praticamente em quase todas as cidades importantes do nosso país — Moscovo, Kiev, Leningrado, em centenas de cidades. Em todo o lado o acolhimento que tivemos foi o mais caloroso. Muitos compositores e poetas conhecidos trabalham conosco, como, por exemplo, Pleskov, Murádeli, Macarov, Slonov. Também temos os nossos poetas do Mar Negro. Mais de 20 números do nosso

repertório são o fruto do seu trabalho. Alguns deles foram criados para assinalar datas importantes, como, por exemplo, o 50.º aniversário da Grande Revolução de Outubro: «A revolta do Potemkin», «Um dia no navio», «Todo o poder aos soviéticos!» e muitos outros.

Na vida do nosso conjunto contamos com visitas a numerosos países estrangeiros, tanto a países socialistas como a países capitalistas: Checoslováquia, Bulgária, Jugoslávia, França, Itália,

ma de paz propício à imediata aplicação das primeiras resoluções do Acordo de Lusaka. As forças progressistas em Portugal e Moçambique vão trabalhar fraternalmente — como salientou o alto-comissário Vítor Crespo — numa luta comum, em benefício de todos aqueles que consideram Moçambique a sua pátria.

Seria, entretanto, uma ilusão perigosa imaginar que a derrota do colonialismo é total e definitiva. A descolonização significa — na definição de Samora Machel, presidente da Frelimo — o desmembramento das estruturas políticas, administrativas, culturais, financeiras e jurídicas, que visavam unicamente a impor às massas o domínio estrangeiro e a vontade de especuladores. Por isso mesmo, o colonialismo e o imperialismo não se consideram ainda vencidos. Em Angola

organizam-se para repetir, em escala ampliada, a batalha que travaram e perderam em Lourenço Marques. Os métodos serão diferentes, mas o fim é o mesmo. Em Moçambique contam com gente, recursos poderosos e o apoio externo de forças empenhadas em impedir que o Governo de Transição cumpra a sua tarefa histórica. A própria República da Guiné-Bissau terá de manter-se vigilante para que a independência política, conquistada após imensos sacrifícios, tenha como complemento uma verdadeira independência económica.

O Partido Comunista Português, que esteve representado nas comemorações de Madina do Boé por António Dias Lourenço, membro do seu Comité Central e director do «Avante!», congratula-se pelas grandes vitórias alcançadas em Setembro contra o colonialismo, vitórias tornadas possíveis pela luta comum do povo português e dos povos da Guiné-Bissau e de Moçambique. Em mensagem dirigida à Frelimo, o PCP manifestou também o seu júbilo pelas comemorações do 25 de Setembro, realizadas num quadro completamente novo, e fez votos para que se reforçem e estreitem ainda mais os laços de amizade e cooperação entre os dois partidos e os sentimentos de fraternidade entre os novos portugueses e moçambicanos.

Esperamos que o projecto da Frelimo se concretize o mais breve possível e que Moçambique se torne uma base revolucionária contra o imperialismo e o colonialismo.

«Avante!» — A vinda ao nosso país do vosso conjunto traz-nos a primeira mensagem da arte soviética depois do 25 de Abril. Que impressões tiveram ao chegar ao Portugal recém-libertado do fascismo?

Ivan Samofátov — Pouco sabemos acerca do vosso país. Tanto, talvez, como o vosso povo sobre o nosso. Há muito sonhávamos em vir a Portugal, por isso, calculamos a nossa alegria quando o nosso sonho se tornou realidade. O que até aqui nós foi possível ver do vosso país deixou-nos maravilhados. Vimos que o vosso povo é muito alegre, que gosta de cantar, de conversar. As conversas que temos travado, ao acaso, foram cheias de calor humano. Também nos familiarizámos um pouco com a vossa cultura e com a vossa arte. Ontem, em nossa honra, foi realizado um concerto. Vimos um pouco da vossa pintura e ouvimos a vossa música. Ainda bem que chegou o momento de podermos contactar com o povo português, de podermos trocar impressões sobre tudo, até sobre as nossas vidas. Notámos que o povo português está sedento de cultura, de conhecimentos, de contactos com outros povos, é muito receptivo. Sabemos bem como o fascismo oprimiu a cultura, a arte, impedindo o seu desenvolvimento. Apesar disso, foi possível um Lopes Graça, compositor que muito admiramos e do qual levamos algumas canções que pensamos cantar no nosso país. A sua obra inspira-se no verdadeiro folclore popular.

Apreciamos muito as canções populares portuguesas. Ouvimos cantar os camponeses, os pescadores. É uma grande riqueza a vossa música popular, pena foi que durante os anos do fascismo não se tivesse podido desenvolver. Agora existem condições para isso e pensamos que tudo correrá pelo melhor e isso se tornará possível.

«Avante!» — Camarada Bogolepov — camarada Samofátov — desejam, através do nosso «Avante!», dirigir algumas palavras ao povo português?

I. Samofátov — Queremos dizer simplesmente isto: gostamos muito do povo português. Desejamos estabelecer com ele sólidas relações de amizade. Queremos que os portugueses venham também ao nosso país, para verem como nós somos, como vivemos. Desejamos ao povo português que tudo corra pelo melhor, que se concretizem todas as suas mais ardentes aspirações.

B. Bogolepov — Através do «Avante!» dirijo, em nome do conjunto de marinheiros do Mar Negro, uma calorosa saudação ao povo português. Desejamos a todos os portugueses alegria, saúde, paz e que tudo lhes corra pelo melhor e no interesse do seu país. «Que sempre brilhe o sol», como diz uma das nossas canções.

«Somos africanos da Guiné Salazar não nos quer dar a terra»

Tem os pés como uma malha

E a boca como uma ventanilha

Al, a nossa terra de certeza vamos tomar...»

— Agora a terra já é nossa, explica uma menina das juventes do PAIGC. Mas é bom recordar. Foi tão difícil a luta do nosso povo. No imenso terreno do mercado de Bandim há alegria e orgulho. Salazar foi enterrado, a Guiné rompeu as cadeias do colonialismo, jovens e velhos cantam para o futuro sem esquecer o passado.

O cheiro da terra mistura-se com o aroma das especiarias espalhadas pelo solo. Sob os ramos dos gigantes colímbos alinham-se humildes casas quadradas de telhados de palha. Jagudis negros fendem o céu azul em voos lentos. É a Guiné das tabancas, a poucas centenas de metros da Guiné modelada pelo colonialismo. O encontro de dois mundos antagonísticos, de duas épocas históricas.

O rosto de Amílcar está nos peitos juvenis, estam-

pado nas blusas coloridas. A sua obra, as suas palavras de ordem estão omnipresentes.

— Neste mês de Setembro — comenta um miliciano do PAIGC — sentimos que ele apesar de morto, continua vivo, a nosso lado.

E um desabafo que traduz uma realidade. A Guiné inteira sabe que o seu herói nacional não é mais o fundador de um pequeno partido revolucionário. Percebeu que

ele ganhou a dimensão do universal. A África venera Amílcar Cabral como o mais carismático dos seus filhos, como o modelo do revolucionário moderno que soube forjar um partido, um Exército, um Estado, e transformar, um amalgama de tribos numa nação respeitada.

Mas na própria ordem do Bandim, um mercado-feira da África de postais coloridos, tão sedutora para os turistas americanos, as feridas do passado são ainda identificáveis no cenário, nas pessoas, nas conversas, no tipo de transacções comerciais, nos rótulos dos produtos vendidos. A coexistência das duas Guinés, aparentemente pacífica, é conflituosa. As contradições são antagónicas. O embate dialéctico entre o país moribundo e o país jovem, voltado para o amanhã, transparece, contudo, menos do que se poderia supor nos contrastes iminentes ao fim da guerra. O que mais impressiona não é a presença nas ruas de Bissau dos últimos soldados portugueses ou a imagem dos símbolos da dominação colonial. As feridas da violência foram definitivamente enterradas. Agora, os adversários da véspera cooperam fraternalmente. Na herança da guerra, o pior são as sequelas geradas pela ilusão da vitória militar, alimentada na época em que o fascismo exaltava o crime como virtude e procurava dividir o povo da Guiné, lançando os seus filhos uns contra os outros.

Os efeitos da «africanização» da guerra não desapareceram e far-se-ão sentir por muito tempo. Uma geração inteira ficou dramaticamente marcada por essa política. Não é fácil para a jovem República resolver os complexos problemas resultantes da desmobilização de cerca de 18 000 africanos que serviam no Exército português.

De mercenários a marginais

— Como te chamavas?
— Mamadou Bangoura.
— Onde trabalhavas?
— Não trabalho. Era soldado.
— O que pensas fazer?
— Não sei...

LAGOA: VITÓRIA DOS TRABALHADORES RURAIS

Depois de uma paralisação que não chegou a durar um dia, os trabalhadores agrícolas do conselho de Lagoa, no Algarve, através da sua Comissão Pro-Sindicato assinaram com os agrários uma Convenção Colectiva de Trabalho.

Os trabalhadores conseguiram aumentos médios de 35000 diários, tendo ficado estabelecidos os seguintes salários:

Tractoristas encartados, 135000; tractoristas não encartados, 175000; trabalhadores diferenciados, 155000; mulhecs, 115000; trabalho de poda, 185000; trabalho de exerto, 230000.

Além da greve, a que foram forçados pela intransigência dos proprietários que, de início, não compareceram às negociações, os trabalhadores fizeram uma manifestação de protesto nas ruas da vila, com centenas de pessoas.

Cumprida a 100 por cent, a paralisação serviu para demonstrar a unidade dos trabalhadores, incluindo os da adegas cooperativas. Além da melhoria de salários, conseguiram um horário de 45 horas semanais, o pagamento de feriados, o pagamento de 50 por cento das horas em que não se possa trabalhar devido a condições climáticas e férias conforme os anos de serviço.

Nos termos da Convenção, ficaram proibidos os despedimentos sem justa causa.

O CAPITAL

Karl Marx

na

LIVRARIA GALILEU, S.A.R.L.

Rua Cidade de Quelimane, 3-A

OLIVEIRA SUL

Lisboa, 24 de Setembro de 1974.

O Comité Central do Partido Comunista Português

Do nosso enviado especial Miguel Urbano Rodrigues

tre as aldeias e os quartéis estabeleceram-se laços complexos. O povo das tabancas não perdeu nunca a confiança no PAIGC, e o processo de integração fracassou totalmente. A dependência material tornou-se, no entanto, permanente. Nas tabancas reconstruídas ao lado das casernas, os mecanismos da «ajuda» interessada levaram uma minoria de camponeses a adoptar um comportamento inseparável de atitudes parasitárias. O dinheiro, fácil corrompeu. Muitos aldeamentos eram verdadeiras ilhas, separadas das comunidades próximas, do resto do país. A responsabilidade pelo abastecimento recaía sobre o Exército português. O resultado dessa situação anómala foi um progressivo abandono da agricultura, uma desertão dos campos, uma renúncia voluntária ao trabalho. A Guiné que produzia e exportava arroz passou a comer arroz importado, vendido a preços artificiais.

— Para nós era doloroso assistir, no dia-a-dia, à degradação da vida social nas tabancas, declarou ao «Avante!» o comandante de uma guarnição da Frente Leste. Os meus soldados realizavam, é verdade, muita coisa útil. Procurei sempre atender às reivindicações que me apresentavam. Construímos edifícios, abrimos estradas, colocamos os nossos meios de transporte ao serviço de interesses comunitários. Mas tanto eu como os meus camaradas percebíamos o carácter artificial de uma cooperação imposta pela estratégia do colonialismo. E o povo também entendia as coisas. Conscientemente, trabalhavam o menos possível. Era um diálogo sem futuro, sinuoso e sem dignidade. Agora eles sofrem as consequências das deformações que a guerra introduziu na vida das tabancas.

A grandeza dos desafios, felizmente, não afecta o entusiasmo com que os militantes do PAIGC se entregam à tarefa de edificar o futuro. A estrutura da nova sociedade tem raízes sólidas nas zonas libertadas antes do 25 de Abril. As sequelas do colonialismo serão eliminadas com o tempo. O amanhã tornou-se presente. Não está mais apenas nas canções revolucionárias. Hoje a terra guineense é do povo da Guiné. Da epopeia que findou nasce a certeza de uma nova epopeia.

Do nosso enviado especial Miguel Urbano Rodrigues

ele ganhou a dimensão do universal. A África venera Amílcar Cabral como o mais carismático dos seus filhos, como o modelo do revolucionário moderno que soube forjar um partido, um Exército, um Estado, e transformar, um amalgama de tribos numa nação respeitada.

Em Abril, o pesadelo acabou. O mundo dos falsos valores caiu dentro deles e a sua volta. Ficaram vazios, com dinheiro nos bolsos, hábitos de consumo e de ociosidade.

Nas ruas de Bissau, os africanos desmobilizados oferecem em cada esquina uma imagem da degradação provocada pelo colonialismo, da decadência e dos vícios do capitalismo caricatural que o imperialismo tentou implantar na África.

Confiança no futuro

Mas não é apenas em Bissau que o PAIGC enfrenta problemas de recuperação social, decorrentes da guerra. Nas cidades e vilas do Continente, a política de acção psicológica fez estragos terríveis. O colonialismo não conseguiu em parte alguma captar o apoio das populações. Mas o estilo de vida e os hábitos de trabalho foram afectados. En-

Neste momento, em que após o derrubamento da ditadura fascista o povo português está profundamente empenhado na democratização do nosso País, e quando em Moçambique se criam as condições que levarão à independência dessa terra, é necessário que a aliança que sempre existiu entre os nossos dois Partidos, no combate contra o inimigo comum, se estreite e se reforce ainda mais, sendo uma garantia da derrota definitiva do fascismo e do colonialismo, da vitória contra a reacção em Moçambique e em Portugal.

Hoje, a FRELIMO assume no Governo de Moçambique o lugar que desde sempre lhe coube de direito na condução do destino do povo moçambicano. Fazemos ardentes votos porque esta data seja um marco que abra uma nova era nas relações entre os nossos dois países, na base da igualdade, do respeito mútuo, da não ingerência nos assuntos internos, e que as relações de amizade já existentes entre os nossos dois povos, forjadas na luta comum, possam estreitar-se mais e mais e desenvolver-se numa cooperação frutuosa, na construção de um futuro digno e progressista.

O Comité Central do Partido Comunista Português

SAUDAÇÃO DO PCP À FRELIMO

Do nosso enviado especial Miguel Urbano Rodrigues

tre as aldeias e os quartéis estabeleceram-se laços complexos. O povo das tabancas não perdeu nunca a confiança no PAIGC, e o processo de integração fracassou totalmente. A dependência material tornou-se, no entanto, permanente. Nas tabancas reconstruídas ao lado das casernas, os mecanismos da «ajuda» interessada levaram uma minoria de camponeses a adoptar um comportamento inseparável de atitudes parasitárias. O dinheiro, fácil corrompeu. Muitos aldeamentos eram verdadeiras ilhas, separadas das comunidades próximas, do resto do país. A responsabilidade pelo abastecimento recaía sobre o Exército português. O resultado dessa situação anómala foi um progressivo abandono da agricultura, uma desertão dos campos, uma renúncia voluntária ao trabalho. A Guiné que produzia e exportava arroz passou a comer arroz importado, vendido a preços artificiais.

— Para nós era doloroso assistir, no dia-a-dia, à degradação da vida social nas tabancas, declarou ao «Avante!» o comandante de uma guarnição da Frente Leste. Os meus soldados realizavam, é verdade, muita coisa útil. Procurei sempre atender às reivindicações que me apresentavam. Construímos edifícios, abrimos estradas, colocamos os nossos meios de transporte ao serviço de interesses comunitários. Mas tanto eu como os meus camaradas percebíamos o carácter artificial de uma cooperação imposta pela estratégia do colonialismo. E o povo também entendia as coisas. Conscientemente, trabalhavam o menos possível. Era um diálogo sem futuro, sinuoso e sem dignidade. Agora eles sofrem as consequências das deformações que a guerra introduziu na vida das tabancas.

A grandeza dos desafios, felizmente, não afecta o entusiasmo com que os militantes do PAIGC se entregam à tarefa de edificar o futuro. A estrutura da nova sociedade tem raízes sólidas nas zonas libertadas antes do 25 de Abril. As sequelas do colonialismo serão eliminadas com o tempo. O amanhã tornou-se presente. Não está mais apenas nas canções revolucionárias. Hoje a terra guineense é do povo da Guiné. Da epopeia que findou nasce a certeza de uma nova epopeia.

O Comité Central do Partido Comunista Português

Do nosso enviado especial Miguel Urbano Rodrigues

tre as aldeias e os quartéis estabeleceram-se laços complexos. O povo das tabancas não perdeu nunca a confiança no PAIGC, e o processo de integração fracassou totalmente. A dependência material tornou-se, no entanto, permanente. Nas tabancas reconstruídas ao lado das casernas, os mecanismos da «ajuda» interessada levaram uma minoria de camponeses a adoptar um comportamento inseparável de atitudes parasitárias. O dinheiro, fácil corrompeu. Muitos aldeamentos eram verdadeiras ilhas, separadas das comunidades próximas, do resto do país. A responsabilidade pelo abastecimento recaía sobre o Exército português. O resultado dessa situação anómala foi um progressivo abandono da agricultura, uma desertão dos campos, uma renúncia voluntária ao trabalho. A Guiné que produzia e exportava arroz passou a comer arroz importado, vendido a preços artificiais.

— Para nós era doloroso assistir, no dia-a-dia, à degradação da vida social nas tabancas, declarou ao «Avante!» o comandante de uma guarnição da Frente Leste. Os meus soldados realizavam, é verdade, muita coisa útil. Procurei sempre atender às reivindicações que me apresentavam. Construímos edifícios, abrimos estradas, colocamos os nossos meios de transporte ao serviço de interesses comunitários. Mas tanto eu como os meus camaradas percebíamos o carácter artificial de uma cooperação imposta pela estratégia do colonialismo. E o povo também entendia as coisas. Conscientemente, trabalhavam o menos possível. Era um diálogo sem futuro, sinuoso e sem dignidade. Agora eles sofrem as consequências das deformações que a guerra introduziu na vida das tabancas.

A grandeza dos desafios, felizmente, não afecta o entusiasmo com que os militantes do PAIGC se entregam à tarefa de edificar o futuro. A estrutura da nova sociedade tem raízes sólidas nas zonas libertadas antes do 25 de Abril. As sequelas do colonialismo serão eliminadas com o tempo. O amanhã tornou-se presente. Não está mais apenas nas canções revolucionárias. Hoje a terra guineense é do povo da Guiné. Da epopeia que findou nasce a certeza de uma nova epopeia.

O Comité Central do Partido Comunista Português

Do nosso enviado especial Miguel Urbano Rodrigues

tre as aldeias e os quartéis estabeleceram-se laços complexos. O povo das tabancas não perdeu nunca a confiança no PAIGC, e o processo de integração fracassou totalmente. A dependência material tornou-se, no entanto, permanente. Nas tabancas reconstruídas ao lado das casernas, os mecanismos da «ajuda» interessada levaram uma minoria de camponeses a adoptar um comportamento inseparável de atitudes parasitárias. O dinheiro, fácil corrompeu. Muitos aldeamentos eram verdadeiras ilhas, separadas das comunidades próximas, do resto do país. A responsabilidade pelo abastecimento recaía sobre o Exército português. O resultado dessa situação anómala foi um progressivo abandono da agricultura, uma desertão dos campos, uma renúncia voluntária ao trabalho. A Guiné que produzia e exportava arroz passou a comer arroz importado, vendido a preços artificiais.

— Para nós era doloroso assistir, no dia-a-dia, à degradação da vida social nas tabancas, declarou ao «Avante!» o comandante de uma guarnição da Frente Leste. Os meus soldados realizavam, é verdade, muita coisa útil. Procurei sempre atender às reivindicações que me apresentavam. Construímos edifícios, abrimos estradas, colocamos os nossos meios de transporte ao serviço de interesses comunitários. Mas tanto eu como os meus camaradas percebíamos o carácter artificial de uma cooperação imposta pela estratégia do colonialismo. E o povo também entendia as coisas. Conscientemente, trabalhavam o menos possível. Era um diálogo sem futuro, sinuoso e sem dignidade. Agora eles sofrem as consequências das deformações que a guerra introduziu na vida das tabancas.

A grandeza dos desafios, felizmente, não afecta o entusiasmo com que os militantes do PAIGC se entregam à tarefa de edificar o futuro. A estrutura da nova sociedade tem raízes sólidas nas zonas libertadas antes do 25 de Abril. As sequelas do colonialismo serão eliminadas com o tempo. O amanhã tornou-se presente. Não está mais apenas nas canções revolucionárias. Hoje a terra guineense é do povo da Guiné. Da epopeia que findou nasce a certeza de uma nova epopeia.

O Comité Central do Partido Comunista Português

Do nosso enviado especial Miguel Urbano Rodrigues

tre as aldeias e os quartéis estabeleceram-se laços complexos. O povo das tabancas não perdeu nunca a confiança no PAIGC, e o processo de integração fracassou totalmente. A dependência material tornou-se, no entanto, permanente. Nas tabancas reconstruídas ao lado das casernas, os mecanismos da «ajuda» interessada levaram uma minoria de camponeses a adoptar um comportamento inseparável de atitudes parasitárias. O dinheiro, fácil corrompeu. Muitos aldeamentos eram verdadeiras ilhas, separadas das comunidades próximas, do resto do país. A responsabilidade pelo abastecimento recaía sobre o Exército português. O resultado dessa situação anómala foi um progressivo abandono da agricultura, uma desertão dos campos, uma renúncia voluntária ao trabalho. A Guiné que produzia e exportava arroz passou a comer arroz importado, vendido a preços artificiais.

— Para nós era doloroso assistir, no dia-a-dia, à degradação da vida social nas tabancas, declarou ao «Avante!» o comandante de uma guarnição da Frente Leste. Os meus soldados realizavam, é verdade, muita coisa útil. Procurei sempre atender às reivindicações que me apresentavam. Construímos edifícios, abrimos estradas, colocamos os nossos meios de transporte ao serviço de interesses comunitários. Mas tanto eu como os meus camaradas percebíamos o carácter artificial de uma cooperação imposta pela estratégia do colonialismo. E o povo também entendia as coisas. Conscientemente, trabalhavam o menos possível. Era um diálogo sem futuro, sinuoso e sem dignidade. Agora eles sofrem as consequências das deformações que a guerra introduziu na vida das tabancas.

A grandeza dos desafios, felizmente, não afecta o entusiasmo com que os militantes do PAIGC se entregam à tarefa de edificar o futuro. A estrutura da nova sociedade tem raízes sólidas nas zonas libertadas antes do 25 de Abril. As sequelas do colonialismo serão eliminadas com o tempo. O amanhã tornou-se presente. Não está mais apenas nas canções revolucionárias. Hoje a terra guineense é do povo da Guiné. Da epopeia que findou nasce a certeza de uma nova epopeia.

O Comité Central do Partido Comunista Português

SAUDAÇÃO DO PCP À FRELIMO

Do nosso enviado especial Miguel Urbano Rodrigues

tre as aldeias e os quartéis estabeleceram-se laços complexos. O povo das tabancas não perdeu nunca a confiança no PAIGC, e o processo de integração fracassou totalmente. A dependência material tornou-se, no entanto, permanente. Nas tabancas reconstruídas ao lado das casernas, os mecanismos da «ajuda» interessada levaram uma minoria de camponeses a adoptar um comportamento inseparável de atitudes parasitárias. O dinheiro, fácil corrompeu. Muitos aldeamentos eram verdadeiras ilhas, separadas das comunidades próximas, do resto do país. A responsabilidade pelo abastecimento recaía sobre o Exército português. O resultado dessa situação anómala foi um progressivo abandono da agricultura, uma desertão dos campos, uma renúncia voluntária ao trabalho. A Guiné que produzia e exportava arroz passou a comer arroz importado, vendido a preços artificiais.

— Para nós era doloroso assistir, no dia-a-dia, à degradação da vida social nas tabancas, declarou ao «Avante!» o comandante de uma guarnição da Frente Leste. Os meus soldados realizavam, é verdade, muita coisa útil. Procurei sempre atender às reivindicações que me apresentavam. Construímos edifícios, abrimos estradas, colocamos os nossos meios de transporte ao serviço de interesses comunitários. Mas tanto eu como os meus camaradas percebíamos o carácter artificial de uma cooperação imposta pela estratégia do colonialismo. E o povo também entendia as coisas. Conscientemente, trabalhavam o menos possível. Era um diálogo sem futuro, sinuoso e sem dignidade. Agora eles sofrem as consequências das deformações que a guerra introduziu na vida das tabancas.

A grandeza dos desafios, felizmente, não afecta o entusiasmo com que os militantes do PAIGC se entregam à tarefa de edificar o futuro. A estrutura da nova sociedade tem raízes sólidas nas zonas libertadas antes do 25 de Abril. As sequelas do colonialismo serão eliminadas com o tempo. O amanhã tornou-se presente. Não está mais apenas nas canções revolucionárias. Hoje a terra guineense é do povo da Guiné. Da epopeia que findou nasce a certeza de uma nova epopeia.

O Comité Central do Partido Comunista Português

Do nosso enviado especial Miguel Urbano Rodrigues

tre as aldeias e os quartéis estabeleceram-se laços complexos. O povo das tabancas não perdeu nunca a confiança no PAIGC, e o processo de integração fracassou totalmente. A dependência material tornou-se, no entanto, permanente. Nas tabancas reconstruídas ao lado das casernas, os mecanismos da «ajuda» interessada levaram uma minoria de camponeses a adoptar um comportamento inseparável de atitudes parasitárias. O dinheiro, fácil corrompeu. Muitos aldeamentos eram verdadeiras ilhas, separadas das comunidades próximas, do resto do país. A responsabilidade pelo abastecimento recaía sobre o Exército português. O resultado dessa situação anómala foi um progressivo abandono da agricultura, uma desertão dos campos, uma renúncia voluntária ao trabalho. A Guiné que produzia e exportava arroz passou a comer arroz importado, vendido a preços artificiais.

— Para nós era doloroso assistir, no dia-a-dia, à degradação da vida social nas tabancas, declarou ao «Avante!» o comandante de uma guarnição da Frente Leste. Os meus soldados realizavam, é verdade, muita coisa útil. Procurei sempre atender às reivindicações que me apresentavam. Construímos edifícios, abrimos estradas, colocamos os nossos meios de transporte ao serviço de interesses comunitários. Mas tanto eu como os meus camaradas percebíamos o carácter artificial de uma cooperação imposta pela estratégia do colonialismo. E o povo também entendia as coisas. Conscientemente, trabalhavam o menos possível. Era um diálogo sem futuro, sinuoso e sem dignidade. Agora eles sofrem as consequências das deformações que a guerra introduziu na vida das tabancas.

A grandeza dos desafios, felizmente, não afecta o entusiasmo com que os militantes do PAIGC se entregam à tarefa de edificar o futuro. A estrutura da nova sociedade tem raízes sólidas nas zonas libertadas antes do 25 de Abril. As sequelas do colonialismo serão eliminadas com o tempo. O amanhã tornou-se presente. Não está mais apenas nas canções revolucionárias. Hoje a terra guineense é do povo da Guiné. Da epopeia que findou nasce a certeza de uma nova epopeia.

O Comité Central do Partido Comunista Português

Do nosso enviado especial Miguel Urbano Rodrigues

tre as aldeias e os quartéis estabeleceram-se laços complexos. O povo das tabancas não perdeu nunca a confiança no PAIGC, e o processo de integração fracassou totalmente. A dependência material tornou-se, no entanto, permanente. Nas tabancas reconstruídas ao lado das casernas, os mecanismos da «ajuda» interessada levaram uma minoria de camponeses a adoptar um comportamento inseparável de atitudes parasitárias. O dinheiro, fácil corrompeu. Muitos aldeamentos eram verdadeiras ilhas, separadas das comunidades próximas, do resto do país. A responsabilidade pelo abastecimento recaía sobre o Exército português. O resultado dessa situação anómala foi um progressivo abandono da agricultura, uma desertão dos campos, uma renúncia voluntária ao trabalho. A Guiné que produzia e exportava arroz passou a comer arroz importado, vendido a preços artificiais.

— Para nós era doloroso assistir, no dia-a-dia, à degradação da vida social nas tabancas, declarou ao «Avante!» o comandante de uma guarnição da Frente Leste. Os meus soldados realizavam, é verdade, muita coisa útil. Procurei sempre atender às reivindicações que me apresentavam. Construímos edifícios, abrimos estradas, colocamos os nossos meios de transporte ao serviço de interesses comunitários. Mas tanto eu como os meus camaradas percebíamos o carácter artificial de uma cooperação imposta pela estratégia do colonialismo. E o povo também entendia as coisas. Conscientemente, trabalhavam o menos possível. Era um diálogo sem futuro, sinuoso e sem dignidade. Agora eles sofrem as consequências das deformações que a guerra introduziu na vida das tabancas.

A grandeza dos desafios, felizmente, não afecta o entusiasmo com que os militantes do PAIGC se entregam à tarefa de edificar o futuro. A estrutura da nova sociedade tem raízes sólidas nas zonas libertadas antes do 25 de Abril. As sequelas do colonialismo serão eliminadas com o tempo. O amanhã tornou-se presente. Não está mais apenas nas canções revolucionárias. Hoje a terra guineense é do povo da Guiné. Da epopeia que findou nasce a certeza de uma nova epopeia.

O Comité Central do Partido Comunista Português

Do nosso enviado especial Miguel Urbano Rodrigues

tre as aldeias e os quartéis estabeleceram-se laços complexos. O povo das tabancas não perdeu nunca a confiança no PAIGC, e o processo de integração fracassou totalmente. A dependência material tornou-se, no entanto, permanente. Nas tabancas reconstruídas ao lado das casernas, os mecanismos da «ajuda» interessada levaram uma minoria de camponeses a adoptar um comportamento inseparável de atitudes parasitárias. O dinheiro, fácil corrompeu. Muitos aldeamentos eram verdadeiras ilhas, separadas das comunidades próximas, do resto do país. A responsabilidade pelo abastecimento recaía sobre o Exército português. O resultado dessa situação anómala foi um progressivo abandono da agricultura, uma desertão dos campos, uma renúncia voluntária ao trabalho. A Guiné que produzia e exportava arroz passou a comer arroz importado, vendido a preços artificiais.

— Para nós era doloroso assistir, no dia-a-dia, à degradação da vida social nas tabancas, declarou ao «Avante!» o comandante de uma guarnição da Frente Leste. Os meus soldados realizavam, é verdade, muita coisa útil. Procurei sempre atender às reivindicações que me apresentavam. Construímos edifícios, abrimos estradas, colocamos os nossos meios de transporte ao serviço de interesses comunitários. Mas tanto eu como os meus camaradas percebíamos o carácter artificial de uma cooperação imposta pela estratégia do colonialismo. E o povo também entendia as coisas. Conscientemente, trabalhavam o menos possível. Era um diálogo sem futuro, sinuoso e sem dignidade. Agora eles sofrem as consequências das deformações que a guerra introduziu na vida das tabancas.

A grandeza dos desafios, felizmente, não afecta o entusiasmo com que os militantes do PAIGC se entregam à tarefa de edificar o futuro. A estrutura da nova sociedade tem raízes sólidas nas zonas libertadas antes do 25 de Abril. As sequelas do colonialismo serão eliminadas com o tempo. O amanhã tornou-se presente. Não está mais apenas nas canções revolucionárias. Hoje a terra guineense é do povo da Guiné. Da epopeia que findou nasce a certeza de uma nova epopeia.

O Comité Central do Partido Comunista Português

O «AVANTE!» É DE TODOS NÓS; ENVIA-NOS CRÍTICAS E SUGESTÕES

PRELO EDITORA — R. da Misericórdia, 67, 2.º, E. — Lisboa

A MANIFESTAÇÃO DA MINORIA SEDICIOSA

A manifestação fascista anunciada para amanhã será, de uma forma ou de outra, um fracasso. E, talvez, essa a única certeza no mar de incertezas que envol-

ro, Lisboa e várias cidades e vilas do País apareceram cobertas de estranhos cartazes. Nelas se destacava uma carantonha horrível, com a boca fechada, num

jornais. Sem anúncio e com os cartazes rasgados e ridicularizados, os membros da comissão, identificando-se, escolheram outro caminho: enviaram uma carta que alguns jornais reproduziram. Nela, estranhavam esses cavalheiros a reacção popular à «manifestação» e lamentavam que as direcções dos jornais não os acompanhassem com entusiasmo. Eis os seus nomes: Fernando Cavaleiro, António Costa Félix, Manuel Sá Coutinho, Manuel Magalhães, A. Sousa Macedo, Francisco Van Uden e José Homem Rebelo.

Do Partido Liberal vinha-lhes, porém, um apoio alentado. Vale a pena transcrever um pequeno trecho do comunicado, em que os dirigentes liberais traduziam a sua solidariedade à «manifestação»: «Quando os portugueses que falam português e entendem em português viram o anúncio da manifestação — foi o nosso caso —, verificaram que alguém tomara uma iniciativa que vinha ao encontro de uma necessidade irremediável de expressão. Mas não é tudo. O Partido Liberal sentiu-se no dever de felicitar a

intensidade. Ex-legionários e antigos fiéis da ANP deixaram as suas casas (dias antes não queriam ouvir falar de política) e largaram-se numa campanha frenética para conquistar adesões à «manifestação» do dia 28. Com falas melifluas, andaram de porta em porta convidando as pessoas a menos esclarecidas a participar de uma iniciativa «democrática», oferecendo passagens gratuitas em autocarros confortáveis e muitas surpresas durante a «grande manifestação» de Lisboa. Alguns párocos aderiram e, sem esconder o seu entusiasmo, deram publicidade, durante as missas, à campanha e aos seus escusos fins.

A insolência dos fascistas assumiu, por vezes, aspectos de agressão. «Havemos de queimá-los vivos», gritaram nas ruas de Melgaço, dirigindo-se aos democratas que denunciavam o verdadeiro carácter da «manifestação» da minoria sediciosa. Um pormenor revelador da gravidade da conspiração direitista e da importância da rede de apoio de que dispõe no Norte do País: num concelho do Minho, pelo

mificações da complexa teia de complicitades que envolve a organização da «manifestação». Sintomaticamente, são tornadas

O que a reacção, o que os fascistas, o que a comissão organizadora da «manifestação» da minoria sediciosa não esperavam

mas pagas, aos «logans» pagos. Não aceita manifestações desse tipo. «Nós, os trabalhadores explorados pelo fascismo — declara a direcção central do Sindicato —, não as queremos».

Outros sindicatos exprimiram com idêntica indignação o seu desprezo pela minoria mascarada de maioria, pelos fascistas apressadamente fantasiados de democratas, pelos saudosistas do terror policial, do colonialismo, da ordem salazarista que investiram milhões numa «manifestação» concebida e montada para ser o primeiro grande teste da direita — o prólogo de uma escalada contra-revolucionária, cuja meta última é a chilenização de Portugal, isto é, a volta do fascismo.

A maioria silenciosa pertence ao passado. O que existe hoje em Portugal é uma maioria disposta a construir uma verdadeira democracia, a destruir imolavelmente as estruturas fascistas, a barrar o caminho às sereias da contra-revolução e a todos os coladores de cartazes que se ajoelham diante dos altares da violência, aos agitadores nazis de toda a espécie, aos fantasmas da Legião, da ANP, aos remanescentes da PIDE, à escumalha humana indispensável a iniciativas como a «manifestação» anunciada para amanhã. A voz da maioria fez-se ouvir no 25 de Abril, no 1.º de Maio, ouve-se limpa e forte, nas cidades, nas fábricas, nos campos de Portugal.



Retiraram as matrículas dos tractores que têm no latifúndios onde incendeiam searas...

ve uma provocação cuidadosamente montada e que constitui um desafio ao Povo, ao Governo Provisório e às Forças Armadas. A manifestação da «maioria silenciosa» deveria, segundo os organizadores, empolgar o País. Mereceu, contudo, desde o primeiro momento, o firme repúdio da massa, dos partidos políticos democráticos, do povo na aceção mais ampla da palavra. Nasceu como provocação, morrera como provocação. Foi propagandeada aos quatro ventos como protesto (metamorfosado em adesão à democracia) de uma maioria silenciosa; será, na realidade, a lamúria odisseia de uma minoria histórica e ululante.

Todos sabíamos que os fascistas não aceitam como definitiva a derrota do fascismo; todos sabíamos que as forças da reacção não se conformam com o clima de liberdade instaurado no País; todos sabíamos que os inimigos da democracia acompanham, com inquietação e ódio, o processo de democratização em curso. O que surpreende na manifestação-burla da extrema-direita não é o objectivo, transparente, mas a tática adoptada, os meios empregados na sua preparação e a violência e a arrogância dos elementos subalternos que, cumprindo ordens superiores, procuraram assegurar o seu impossível êxito. Paradoxalmente, uma iniciativa que carregava em si mesma um insulto ao Movimento das Forças Armadas e uma desaprovação frontal do seu programa pretende ter como motivação o desejo de ver cumprido esse mesmo programa.

Os velhos «métodos»

Tudo começou como nos maus filmes. A ideia não surgiu do nada, por geração espontânea. Mas os sucessivos lances da ofensiva dos porta-vozes da maioria-minoria foram-se desdobrando de maneira caricatural. Não houve reuniões públicas preparatórias. Aquilo que foi anunciado como homenagem ao sr.

esgar, pelas palavras maioria «silenciosa». Involuntariamente, a extrema-direita deixava transparecer a sua imagem ideal do povo.

Os activistas do fascismo, uma verdadeira escória humana, surgiram de repente, na madrugada do dia 19, carregando montanhas de cartazes. O tal rosto, a tal boca tapada pelas palavras que encantam a barulhenta reacção. Munidos de baldes e pinças, esses energúmenos saíram de automóveis de luxo, elegantes, sorridentes, agressivos. E reagiram logo, com brutalidade, aos protestos de transeuntes que os interpelaram, indignados pela provocação. Houve agressões. Alguns meninos, ex-gorilas da Faculdade de Direito exibiram revólveres, ameaçaram atirar, gabaram-se das suas proezas como matadores de «turras». Um deles declarou-se admirador de Jorge Jardim, o «homem que paga 45 contos». Num desabafo, confessou que não estava para aturar «esses idiotas que andam por aí nos comícios a dar vivas à Frelimo». Queria voltar para Moçambique, sem saber sequer que a atmosfera mudou.

Algumas das matrículas dos carros foram identificadas. A maioria correspondia a tractores. Um dos automóveis empregados na «operação colagem» provocou uma surpresa. Tinha dono: Carlos Frederico Villardob Sommer Champalimaud. A festa dos coladores, para os mais truculentos, acabou na esquadra da Praça da Alegria. Mas todos saíram em liberdade, depois de identificados. Até António Cirne que, minutos antes, excitado, empunhava uma pistola.

Soube-se, depois, que o desenhador do já famoso cartaz é um tal Francisco Hipólito Raposo, familiar de José Hipólito Raposo, director do semanário «Tempo Novo», suspenso por 60 dias. Cenar muito semelhantes ocorreram no Campo Grande, na Avenida da Liberdade e noutros bairros. Em alguns automóveis havia cães que não chegaram a



...armaram-se para defender consciências pouco tranquilas...

comissão pela sua «patriótica, salutar e urgente iniciativa».

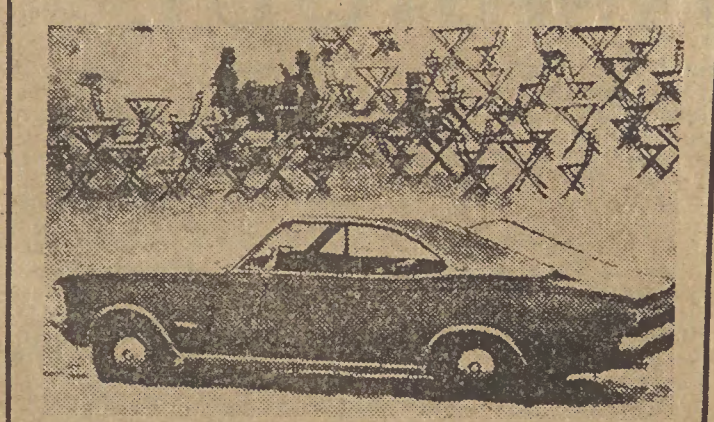
Não é de estranhar nem a euforia do Partido Liberal nem o seu conceito peculiar do idioma. Na sua sede do Porto estavam, já, então, sendo aceites inscrições para a «manifestação». Pessoas que ali se deslocaram, depois de terem recebido convocações pelo correio, receberam a informação de que «tudo estava pago para a ida a Lisboa no dia 28». Cabe acentuar que entre os primeiros inscritos figuravam elementos que tiveram uma participação activa no chamado Congresso dos ex-Combatentes, em 1973. O CDS, pelo seu lado, considerou indispensável definir a sua posição num comunicado elíptico. Protestou contra insinuações e manobras que punham em causa a «honrabilidade democrática do Partido ou dos seus dirigentes», qualificando-as de «agressão ideológica».

Aviões e provocações

Uma das originalidades dos organizadores da ridícula minoria que sonha com manifestações de gente «silenciosa» foi o emprego maciço da aviação. Inspirados pelas campanhas eleitorais norte-americanas, os senhores da comissão, e outros cujos nomes não foram publicados, usaram aviões para inundar o País com reproduções miniaturais do cartaz da boca fechada. Dinheiro não lhes falta. Os aviões foram vistos em lugares tão diferentes que se torna difícil saber o seu número. Mas, uma matrícula foi identificada: CS-AHN. Apareceram em Monção, Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Oeiras, Torres Novas, cruzaram o Ribatejo e o Alentejo em várias direcções, semeando apelos e injúrias, insultos e provocações, elogios hipócritas e palavras de ordem sediciosas. Sempre usando o nome do sr. Presidente da República, e proclamando a sua fidelidade ao Programa do M.F.A. e à democracia...

Foi, talvez, no Minho, que a «blitz» da reacção atingiu maior

menos, os panfletos e as convocações foram distribuídos nos estabelecimentos comerciais por funcionários das Finanças. E isso foi possível sob os olhares complacentes de elementos que de-



...colocaram-nas nos automóveis de luxo em que aceleram para correrem entre divertimentos...

públicas todos os dias notícias que, embora não se relacionem de modo directo com a iniciativa, envolvem partidos, grupos ou personalidades que a apoiam. O defuncto Partido Nacionalista Português, por exemplo, enviou uma carta ao fascista Casal-Ribeiro, apontando-o como um «nobre exemplo» e manifestando o desejo de o ver destacar-se como um «leader» natural de forças que se identificam, ideologicamente, com ele.

Simultaneamente, um grupo não identificado parece estar a desenvolver esforços no sentido da montagem de uma rádio pirata ao largo da costa portuguesa. Com esse fim teria já sido realizada uma reunião no Estoril e contactado um locutor. Não é fácil, também, no momento, saber qual o grau de envolvimento de certas empresas na campanha da minoria sediciosa.

A Emino — Empreendimentos Industriais e Comerciais SARL, para darmos um exemplo, imprimiu farta publicidade. Respondendo a denúncia feita no comunicado do MDP, veio a público com um desmentido que confirma a certeza de ligações duvidosas com um monopólio de sinistra fama. Confessa essa empresa que recebeu uma «encomenda para a execução de uma campanha publicitária de uma manifestação pública». Segundo o critério dos seus directores, o trabalho em questão «não oferecia quaisquer suspeitas» e foi solicitado por «pessoas devidamente identificadas». Nega, depois, que a ITT seja associada da Emino ou tenha nela interesses; Mas — gato escondido com rabo de fora — não pode esconder que a Emino

certamente era a resposta firme e imediata das forças democráticas, dos trabalhadores, do povo, à provocação que montaram com tantas minúcias e tamanho esbanjamento de dinheiro.

Não foi suficiente oferecer transporte gratuito para Lisboa a gente ingénua, iludida por uma campanha milionária de mentiras destinadas a confundir os espíritos. Era preciso concretizar a promessa. E isso será muito difícil, por numerosos que sejam os automóveis de luxo postos à disposição dos «manifestantes» e por grande que seja a boa vontade de empresas de camionagem, cuja ética se assemelhe à da Emino-ITT. Os motoristas profissionais de todo o País não esperaram para dizer NÃO ao transporte de «manifestantes» pagos ou aliciados por processos indecorosos. Repudiaram imediatamente «as manobras reacçãoárias lesivas dos parâmetros democráticos com que se rage o Programa do M.F.A.». «Nós motoristas — esclarecem — só participaremos em manifestações genuinamente populares, espontâneas ou não, e então, aí, participaremos activamente. Se conseguirmos obter uma vitória contra o patronato, ao querer fazer «lock-out», não permitiremos, nós motoristas, lado a lado com todos os trabalhadores portugueses, acções fascistas e reacçãoárias que pretendem pôr em causa os princípios democráticos do 25 de Abril».

A resposta dos trabalhadores

Outro golpe decisivo nos projectos fascistas foi o ululante minoria sediciosa foi o boicote da «manifestação» pelo Sindicato dos Ferrovieiros. A tomada de posição dos trabalhadores ferroviários não podia ser mais clara e patriótica. «Está sobejamente provado — afirmam — em comunicado — e a vigilância popular o tornou possível, que os promotores da hipócrita manifestação de apoio» à firmeza do general Spínola e ao Movimento das Forças Armadas, por parte de uma pretensa «maioria silenciosa» são vis reacçãoários ligados à alta finança e aos meios mais retrógrados, que antes do 25 de Abril apoiavam a ditadura fascista.

«Sabe-se que estes senhores — autênticos lobos a fingir de cordeiros —, dispondo de verbas ilimitadas que a reacção lhes faculte e lhes permitem uma difusão espectacular da sua abjecta propaganda, pretendem fretar autocarros e comboios para transportar a Lisboa, em 28 do corrente, manifestantes pagos para participarem na fantochada, anunciada para aquela data.

«Que os ferroviários estejam, pois, atentos a estas manobras. A reacção, tome os disfarces que tomar, significa sempre repressão e miséria para os trabalhadores. Há, portanto, que lhe travar o passo. Que de nenhuma estação da nossa rede ferroviária parta qualquer comboio para essa «manifestação». Que por toda a linha se exerça a maior vigilância para impedir a circulação de qualquer composição que transporte os mercenários manifestantes».

O Sindicato dos Profissionais de Telecomunicações e Radiodifusão também se manifestou em termos expressivos contra a manobra contra-revolucionária das forças da reacção. Condenou a «manifestação» simultaneamente democrática, mas com transportes pagos. Disse, também, NÃO aos «transportes pagos, às pal-

SOBRE AS PROVOCAÇÕES E MANOBRAS DA REACÇÃO

1. Como o Partido Comunista Português tem vindo a alertar, desde o 25 de Abril que a reacção e os fascistas desalojados do Poder pelo glorioso Movimento das Forças Armadas conspiram contra as liberdades.

A pretensa manifestação nacional da chamada «maioria silenciosa», meticulosamente organizada e orquestrada à boa maneira da antiga ditadura fascista por conhecidos reacçãoários e fascistas encapotados, é mais um passo preocupante na escalada das acções reacçãoárias e da ofensiva da contra-revolução.

2. O PCP reafirma mais uma vez que a linha ofensiva da reacção apoia-se ideologicamente no anticomunismo mas visa, efectivamente, a liquidação de todo o processo de democratização e de descolonização em curso depois do 25 de Abril, visa os partidos e organizações antifascistas, assim como o Movimento das Forças Armadas e o Governo Provisório. Não é por mero acaso que a propaganda abertamente reacçãoária com vista à referida «manifestação» acusa o M.F.A. e o Governo Provisório de desvios ao Programa do M.F.A. Assiste-se, assim, à ironia de ver os piores inimigos da Revolução de 25 de Abril, do Programa do M.F.A. e de todo o processo de democratização e de descolonização decorrente desses acontecimentos arvorarem-se em arautos e defensores da «pureza» de todo este processo.

A necessidade que os fascistas têm de mascarar desta forma os seus verdadeiros intentos demonstra a condenação popular da sua acção e, em contrapartida, o prestígio e autoridade alcançados junto do povo português pelo Movimento de 25 de Abril, pelo M.F.A. e o seu Programa. Demonstra ainda a força da aliança do movimento popular com o M.F.A., solidária e reforçada ao longo destes meses. Todos estes acontecimentos comprovam a justiça e necessidade de se continuar a trabalhar para o reforço desta aliança como condição fundamental para fazer fracassar e derrotar a reacção.

Deve salientar-se ainda que o anonimato com que a reacção se encobre para executar a sua propaganda é prova da ilegalidade e impopularidade da sua actividade. O mesmo se pode dizer dos agrupamentos e grupúsculos neofascistas que se cobrem com uma fachada democratizante e se apresentam como acérrimos defensores do «pluralismo democrático» e da liberdade para todos, para melhor poderem combater e esbolar a liberdade e a democracia conquistadas pelo povo português no 25 de Abril.

3. O PCP, ao mesmo tempo que declara o seu apoio às medidas recentemente promulgadas pelo Governo Provisório para fazer face à investida da reacção, nomeadamente a proibição do agrupamento fascista denominado «Partido Nacionalista Português», assim como as sanções aplicadas pela Comissão «AD-HOC» contra jornais e folhas fascizantes, considera tais medidas insuficientes para quebrar os dentes à contra-revolução.

A grandeza dos meios técnicos e financeiros postos em movimento pela reacção na sua actual ofensiva de diversão ideológica, o estranho comportamento de certas entidades oficiais e ainda a inacção de algumas autoridades policiais e a protecção de outras à acção de grupos de rufiões armados que cobriam pela violência a difusão da propaganda fascista demonstram:

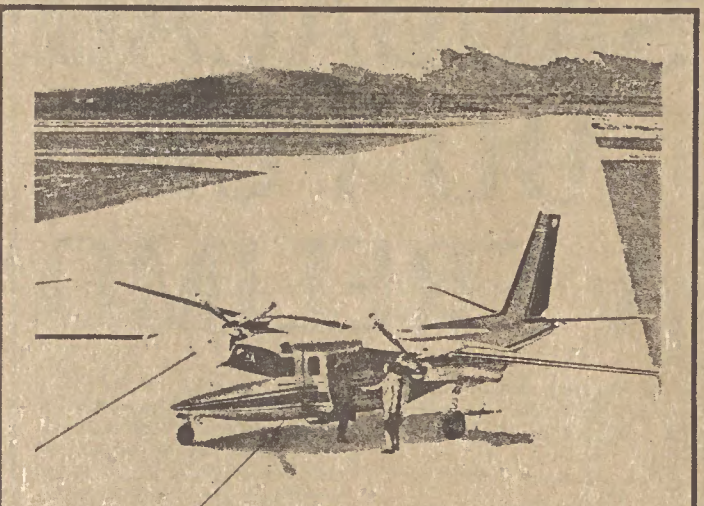
- a) Que a reacção dispõe do apoio da alta finança para subvencionar a sua actividade criminosas;
- b) Que a reacção conta com fortes protecções dentro da actual situação;
- c) Que os fios principais da organização da campanha da reacção conduzem a conhecidos centros de conspiração há muito detectados e cujo desmantelamento se torna urgente e inadiável como condição para assegurar o êxito do processo iniciado em 25 de Abril;
- d) Que os atrasos e entraves ao processo de saneamento da função pública, assim como das forças policiais e militarizadas, facilitam os propósitos da contra-revolução.

4. Face à actual situação, o Partido Comunista Português considera indispensável a intensificação da vigilância e a acção pronta das massas trabalhadoras e de todos os democratas e antifascistas interessados e empenhados no processo de democratização e de descolonização iniciado com o 25 de Abril para fazer frente com êxito a mais esta ofensiva da reacção. O PCP considera indispensável a unidade e entendimento de todos os partidos e organizações democráticas na definição e organização de acções comuns na luta contra as manobras e conspirações da reacção e do fascismo. O PCP considera indispensável que seja dado todo o apoio ao Governo Provisório e ao M.F.A. na adopção das medidas de saneamento da Administração pública e das instituições governamentais onde continuam, com grande escândalo, anichadas conhecidas figuras fascistas fortemente comprometidas com o regime deposto.

O Partido Comunista Português está confiante em que mais uma vez a acção unida das organizações políticas antifascistas, assim como a acção das massas populares em estreita aliança com o M.F.A., no apoio ao Governo Provisório na luta contra as manobras da reacção, farão avançar o processo de democratização que conduzirá à instauração de uma democracia estável escolhida pelo próprio povo português.

Lisboa, 24 de Setembro de 1974

A Comissão Política do CC do PCP



...usaram os aviões particulares em que fazem «desporto» e «negócios com o estrangeiro»...

Presidente da República e como expressão de um firme apoio ao Movimento das Forças Armadas, brotou do silêncio mais hermético, de um rigoroso trabalho clandestino.

Havia indícios de que a reacção tramava algo ambicioso nos bastidores. Mas, nem mesmo quando o projecto de «manifestação» saiu à luz do dia, se teve o quadro exacto da engrenagem que havia principiado a funcionar em escala nacional. Primei-

ser utilizados pelos seus proprietários, entre os quais figuravam também, pugilistas e marginais, de um rigoroso trabalho clandestino.

Os organizadores

A provocação revelou-se em toda a sua amplitude nos dias seguintes. A comissão organizadora da «manifestação» fez o possível e o impossível para publicar anúncios na imprensa diária. Mas não conseguiu o que pretendia. Esbarrou com uma firme recusa dos trabalhadores dos



...colaram cartazes a convocarem uma provocação...

veriam, por força das suas funções, impedir essas actividades ilegais.

É muito cedo, ainda, para se avaliar até onde chegam as ra-

é sócia maioritária da Sovial, Lda, conjuntamente com a empresa americana Avis Rent a Car System Inc., da qual a ITT foi acionista até há algum tempo.



...a que a maioria do povo português responde vibrantemente: A REACÇÃO NÃO PASSARÁ!